**A determinação categorial do fetichismo como processo de síntese na obra de Marx e “linha de força” do primeiro capítulo d’O capital.**

Resumo

O presente artigo visa oferecer uma contribuição ao estudo do problema do fetichismo a partir da obra de Marx, indo dos *Grundrisse* de 1857-58 à segunda edição d’O capital de 1873. Pretende oferecer ao leitor uma contextualização acerca deste problema, tentando demonstrar que a formulação teórica do fetichismo da mercadoria exposta em O capital é resultado de intensas análises anteriores de Marx. Com efeito, sua intenção é trazer a discussão para o fato de que é a temática da reificação expostas nos *Grundrisse* que engendram a formulação teórica do fetichismo em O capital. Assim sendo, no marco dessa contextualização, faremos uma problematização sobre os possíveis avanços da referida temática para além do primeiro capítulo d’O capital, cuja análise versará em demonstrar que o fetichismo da mercadoria reúne em si um conjunto de questões candentes para Marx, representando, portanto, um “processo de síntese” em toda sua obra e uma “linha de força” no primeiro capítulo de sua magna obra, coroando de forma sintética todo esse repertório anterior de análises.

PALAVRAS CHAVE: Fetichismo. Reificação. *Grundrisse.* O capital.

**The categorical determination of fetishism as a synthesis process in the work of Marx and the “line of force” of the first chapter of O capital.**

Summary

This article aims to offer a contribution to the study of the problem of fetishism from the work of Marx, going from the Grundrisse of 1857-58 to the second edition of The Capital of 1873. It intends to offer the reader a contextualization about this problem, trying to demonstrate that the theoretical formulation of the fetishism of the commodity exposed in Capital is the result of intense earlier analyzes of Marx. Indeed, his intention is to bring the discussion to the fact that it is the thematic of reification exposed in the Grundrisse that engender the theoretical formulation of fetishism in Capital. Thus, within the context of this contextualization, we will make a problematization about the possible advances of this subject beyond the first chapter of Capital, whose analysis will be to demonstrate that the fetishism of the commodity brings together a set of burning questions for Marx, representing, therefore, a “synthesis process” in all his work and a “line of force” in the first chapter of his great work, synthetically crowning all this previous repertoire of analyzes.

KEY WORDS**:** Fetishism. Reification. *Grundrisse*. The capital

INTRODUÇÃO.

Não é uma tarefa simples a de delimitar rigorosamente e sem mais o início propriamente dito da temática do fetichismo na obra de Marx. Há boas razões para dizer que desde a juventude, expressivamente nos artigos que compõe os “debates sobre a lei referente ao furto de lenha”,[[1]](#footnote-1) passando pelos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, quando especificamente trata da questão do dinheiro[[2]](#footnote-2) e da alienação,[[3]](#footnote-3) a temática do fetichismo parecem *tergiversar* as preocupações de Marx nestes anos.

Contudo, uma investigação sobre as possíveis conexões no interior deste histórico do período de juventude de Marx referente à temática supracitada não constituirá nossa prioridade. Este artigo tem a modéstia pretensão de tomar exclusivamente como parâmetro para detectar os indícios referentes ao início da temática do fetichismo tão somente a partir dos rascunhos de 1857-8, - os *Grundrisse -*, e a partir daí, tomar como ponto de encontro sua exposição acabada em O capital. Isto é, pretende demarcar um ponto de partida e um ponto de chegada à contextualização que ora pretendemos apoiadas neste liame temporal.

Pois hoje se pode dizer que, certamente, a exposição e formulação mais acabada sobre o fetichismo da mercadoria se encontra exposta no capítulo primeiro do Livro primeiro d’O capital. Mas isto se apenas levarmos em consideração o fato de que em sua primeira edição, o capítulo dedicado ao fetichismo se encontrava mais bem disperso no exame das formas do valor. É tão somente na segunda edição do primeiro tomo d’O capital, corrigida e reeditada em 1873, portanto, seis anos depois de sua primeira edição destinada à impressão (1867), quinze anos depois da redação dos *Grundrisse* (1857-1858) e quase trinta anos posterior aos *Manuscritos* de 1844, que a passagem sobre o fetichismo da mercadoria encontra-se com um título especial e em “separado” do resto do primeiro capítulo.

A formulação que recebe o fetichismo da mercadoria nessa segunda edição alemã resulta cabalmente em um dos escritos de Marx de maior maturação, haja vista que se trata de uma reelaboração feita pelo próprio Marx daquela edição destinada à impressão, e que sendo revisada toma definitivamente sua forma em um capítulo a parte.[[4]](#footnote-4) Segundo nosso ponto de vista, essa revisão criteriosa de 1873 coroa todo o primeiro capítulo d’O capital, precisamente pelas mudanças operadas no mesmo tal como foi publicado em 1867, e de essencialmente, dar cabo de reescrevê-lo com um último subcapítulo encabeçado com título próprio: “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo.”[[5]](#footnote-5) Ao nosso ver, ao mesmo tempo em que expressa o quão legítima era a temática do fetichismo da mercadoria para Marx, suspende qualquer possibilidade de encará-lo como um mero fragmento isolado no interior do horizonte crítico de Marx em O capital, e em outras de suas obras, especialmente os *Grundrisse.[[6]](#footnote-6)*

Do modo que seja, a temática do fetichismo comparece desde as primeiras redações d’O capital, - notadamente os rascunhos de 1857-58-, passa pela *Contribuição à crítica da Economia Política* (1859), até chegar à sua formulação acabada na segunda edição alemã do primeiro tomo d’O capital (1873).

A periodização que faremos, portanto, se apoia como princípio nos idos de 1857-1858 e vai até 1873, passo que ratifica a gênese e o *desenvolvimento* da temática do fetichismo na obra de Marx, até culminarem em sua exposição completa e coroada. Claro está que não percorremos toda a imensa quantidade de cadernos, manuscritos e rascunhos deste período temporal[[7]](#footnote-7) no intuito de fazermos uma longa exposição de suas particularidades, mas tão somente em demonstrarmos que a temática do fetichismo no interior deste longo itinerário intelectual de Marx, tem começo, desenvolvimento e fim. Isto implica em dizer, consequentemente, que para nós, a temática do fetichismo tem sua própria “linha de força” na obra marxiana, - em se tratando do período delimitado – se encontra nos rascunhos preparatórios d’O capital, os *Grundrisse*, passa pela *Contribuição* (1859), e chega a sua formulação final a qual é coroado com um capítulo à parte em sua teoria do valor no primeiro tomo da segunda edição alemã d’O capital (1873).

É do conhecimento da maior parte dos intérpretes, junto às leituras que pude fazer dos *Grundrisse,* que a temática do fetichismo não aparece cabalmente formulada. Este não possui um capítulo exclusivo, tal como não possui um destaque particular, senão como um aspecto *implícito* em suas análises do dinheiro e do trabalho abstrato, - tal como na questão do estranhamento -, inclusive no que diz respeito ao exame que submete de sua teoria do valor. Pode-se dizer, por isto, que a temática do fetichismo permanece *tergiversada* como um “conteúdo de fundo” no itinerário de Marx, especificamente quando trata da questão do dinheiro e das primeiras análises sobre a teoria do valor-trabalho, mas não dispõe de nenhuma exclusividade. Exemplar a este respeito são os manuscritos de 1861-1863[[8]](#footnote-8) em que o capítulo denominado: “O rendimento e suas fontes” é emblemático, em se tratando da análise do capital a juros, sem que seja dedicado ao fetichismo um capítulo exclusivo.

Os *Grundrisse*, como se sabe, representa o laboratório intelectual de Marx, tanto em seu sentido preparatório*,* quanto por seu conteúdo de registro – os oito cadernos que compõem os “Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie Rohentwurf” representam o grande empenho de Marx no museu britânico[[9]](#footnote-9), período de profunda pobreza pessoal acompanhado de inúmeras dificuldades, que vai de Julho de 1857 a dezembro de 1858[[10]](#footnote-10) e que podem trazer-nos a imagem de um período fronteiriço na vida de Marx. Nos *Grundrisse* temos a síntese de uma caminhada, é o resultado de intensas pesquisas anteriores, junto ao calor da revolução de 1848.[[11]](#footnote-11) Neste período, Marx começa a salientar a temática do fetichismo, - repito, não com um capítulo exclusivo dedicado à análise da mercadoria -, pela via do aspecto “coisal” que assume o dinheiro frente às mercadorias.

*O caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção, aparece aqui diante dos indivíduos como algo estranho, como coisa; não como sua conduta recíproca, mas como sua subordinação a relações que existem independentemente deles e que nascem do entrechoque de indivíduos indiferentes entre si.* A troca universal de atividades e produtos, que deveio condição vital para todo indivíduo singular, sua conexão recíproca, *aparece para eles mesmos como algo estranho, autônomo, como uma coisa*.” (MARX. K. 2011a. p. 105)

Note o leitor como esta passagem dos *Grundrisse* sinaliza explicitamente para a temática de nosso estudo, tanto para o *conteúdo* propriamente relacionado ao fetichismo da mercadoria exposto em O capital, quanto pela *forma* com que este começou a se desenhar no itinerário marxiano nos idos de 1857-58. A periodização que trazemos tem em vista a delimitação precisa acerca dessa dupla constatação: 1) de que o *conteúdo* da temática do fetichismo em O capital parece ter nos *Grundrisse* sua matriz referencial; 2) ao mesmo tempo expressa seu *processo de desenvolvimento analítico* até O capital.

Pois quando Marx se dispõe a analisar os circuitos do capital,[[12]](#footnote-12) por exemplo, ele não faz mais do que *desdobrar* o mesmo aspecto “coisal” e autonomizado do dinheiro, estendendo-o posteriormente para o exame da maquinaria, autonomizada frente ao trabalhador. Há razões para dizer que esse aspecto “coisal”, no centro em torno do qual se encrava a temática da reificação, é uma constante nos *Grundrisse.* Tal como *sinaliza* ser este o percurso de Marx para a elaboração que terá o fetichismo da mercadoria.

Há excelentes razões para dizer que a temática propriamente do fetichismo da mercadoria, contou, para sua exposição acabada em O capital, com o exame feito por Marx nos *Grundrisse*, precisamente pela noção de coisificação ou reificação das relações sociais mediadas pelo dinheiro,[[13]](#footnote-13) e de sua separação e inclusão no processo.[[14]](#footnote-14) Isto é, o que algumas análises marxianas demonstram, nos *Grundrisse,* é que é pela reificação que Marx começa a engendrar uma concepção própria do caráter fetichista das mercadorias e de seu segredo, e não o contrário.

É importante notar que a riqueza enquanto tal, *i.e.,* a riqueza burguesa, é sempre expressa na potência mais elevada no valor de troca, em que ela é posta como *mediadora*, como a mediação dos próprios extremos de valor de troca e valor de uso. Esse termo médio aparece sempre como a relação *econômica* consumada, porque ele contém as antíteses e finalmente aparece sempre como uma potência unilateral superior diante dos próprios extremos; porque o movimento, ou a relação, que *originalmente* aparece como mediador entre os extremos necessariamente prossegue de forma dialética até que ele aparece como mediação consigo mesmo, como o sujeito do qual os extremos são apenas momentos, extremos dos quais ele supera o pressuposto autônomo para se pôr, por meio da própria superação destes, como a única coisa autônoma. (MARX. K. 2011b. p. 263)

É nesse processo de desenvolvimento teórico dos *Grundrisse* que, segundo cremos, a temática do fetichismo, *a partir da reificação*, vai tomando certa formatação. Ao mesmo tempo, ela *sinaliza* ter sido este o percurso que levou Marx à sua exposição.

Se o critério for o da *inversão* operada pelo fetichismo da mercadoria, - e que já comparece nos *Grundrisse* implicitamente através do mecanismo da reificação das relações sociais postas pelo dinheiro, - temos razões para afirmar que pelo fato dos objetos aparecerem aos indivíduos como “coisa”, que existe e subsiste como se fosse deles independente, tem-se necessariamente aí implicado o problema do fetichismo.

[...] A dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social. Essa conexão social é expressa no *valor de troca* [...]; o indivíduo tem de produzir um produto universal – o *valor de troca*, ou este último por si isolado, individualizado, *dinheiro*. [...] o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como o proprietário de *valores de troca*, de *dinheiro*. Seu poder social, assim como seu nexo com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso. (MARX. K. 2011b. p. 102-3)

Ou seja, sem os aportes coletados nos *Grundrisse* sobre a reificação, torna-se profundamente difícil compreender, ainda que em linhas gerais, o decurso de periodização da referida temática. A rigor, elas se conectam como elos indissociáveis[[15]](#footnote-15) de uma mesma questão *vinculada* à dimensão desse nexo “coisal” que o dinheiro estabelece entre os indivíduos como *expressão* da perda de controle dos mesmos das condições de existência sociais de suas relações entre si. Isso por sua vez inclui a temática do fetichismo de forma explícita. Pois é precisamente este caráter “coisal” do dinheiro, existindo autonomamente e fora do controle consciente dos indivíduos que Marx começa a descobrir que o problema do fetichismo é um problema central no exame da teoria do valor e, principalmente, de sua crítica à economia política.

[...] O materialismo tosco dos economistas, de considerar como *qualidades naturais* das coisas as relações sociais de produção dos seres humanos e as determinações que as coisas recebem, enquanto subsumidas a tais relações, é um idealismo igualmente tosco, um fetichismo que atribui às coisas relações sociais como determinações que lhe são imanentes e, assim, as mistifica. (MARX. K. 2011b. p. 575)

Note-se que o termo fetichismorefere-se aqui ao “materialismo tosco dos economistas” – materialismo este que é também uma forma de idealismo – ao qual são atribuídas relações sociais às coisas, mistificando, portanto, sua compreensão correta.

Pode-se dizer que, por esta citação, Marx esteja enunciando uma crítica acerca do caráter mistificador do materialismo dos economistas que acaba por naturalizar o objeto analisado, precisamente por eternizar as relações sociais de produção propriamente burguesas; as relações historicamente determinadas da produção burguesa são tomadas pelos economistas como relações naturais supra-históricas, cujo *fetichismo* constitui seu núcleo constitutivo. Com efeito, o termo parececomparecer aqui enquanto acusação enfática acerca das concepções de mundo que ostentam os economistas, tomando como natural algo de historicamente demarcado, algo que indica ser o fetichismo um fenômeno da *consciência.* Mas note-se, o problema não se esgota aí. Os *Grundrisse* oferecem uma gama imensa de travejamentos fundamentais para o decurso que Marx irá promover para concluir a temática do fetichismo, veja-se, por exemplo, o seguinte;

[...] Na máquina e mais ainda na maquinaria como um sistema automático, o meio de trabalho é transformado quanto ao seu valor de uso, *i.e.*, quanto à sua existência material, em uma existência adequada ao capital fixo e ao capital como um todo *[...] a própria máquina, que para o trabalhador possui destreza e força, é o virtuose que possui sua própria alma nas leis mecânicas que nela atuam e que para seu contínuo automovimento consome carvão, óleo etc. matérias instrumentais, da mesma maneira que o trabalhador consome alimentos*. (MARX. K. 2011b. p. 930. Grifo meu)

Há razões para supor que nesta passagem encontra-se situado o problema do fetichismo a nível *objetivo,* especificamente contra o *fetichismo tecnológico*, estabelecido em jargões dos mais variados estirpes, de uma espécie de “endeusamento” da técnica em detrimento dos homens, e da perda referencial do controle destes sobre aquelas, onde se completa a inversão operada pelo fetichismo: a *personificação das coisas e reificação das pessoas*. Mas não de modo irracionalista, como se algo inerente às máquinas e à técnica “corrompessem” os homens, mas na relação de *propriedade* em que tais máquinas operam e com a finalidade exclusiva da geração de mais-valor, aspecto tornado possível no capitalismo com o aval da ciência.

[...] A ciência, que força os membros inanimados da maquinaria a agirem adequadamente como autômatos por sua construção, não existe na consciência do trabalhador, mas atua sobre ele por meio da máquina como poder estranho, como poder da própria máquina. [...] O processo de produção deixou de ser processo de trabalho no sentido de processo dominado pelo trabalho como unidade que o governa. Ao contrário, o trabalho aparece unicamente como órgão consciente, disperso em muitos pontos do sistema mecânico em forma de trabalhadores vivos individuais, subsumido ao processo total da própria maquinaria, ele próprio só um membro do sistema, cuja unidade não existe nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa), que, diante da atividade isolada, insignificante do trabalhador, aparece como organismo poderoso. Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe ao trabalho vivo no próprio processo do trabalho como o poder que o governa, poder que, de acordo com sua forma, o capital é como apropriação do trabalho vivo. A assimilação do processo do trabalho como simples momento do processo de valorização do capital também é posta quanto ao aspecto material pela transformação do meio de trabalho em maquinaria e do trabalho vivo em mero acessório vivo dessa maquinaria, como meio de sua ação. (MARX. K. 2011b. p. 930)

É preciso dizer, ademais, que não foi por acaso que elencamos o problema da tecnologia em Marx como contraponto às ilações promovidas pelo irracionalismo hodierno, no que tange a qualquer acusação de caráter “crítico” desta sobre o primeiro, em se tratando do problema supracitado.[[16]](#footnote-16) Pois a precisão da crítica marxiana nos *Grundrisse* à tecnologia comparece de forma extremamente atual no que concerne ao poder social que adquire sobre os seres humanos, onde a própria ciência burguesa ratifica suas funções na *inversão* social que opera e legaliza. Veja o leitor atentamente uma passagem dos *Grundrisse* especificamente sobre esta questão. Cito;

Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe materialmente ao trabalho vivo como o poder dominante e como subsunção ativa deste a si” [..] *A acumulação do saber e da habilidade, das forças produtivas gerais do cérebro social, é desse modo absorvida no capital em oposição ao trabalho, e aparece consequentemente como qualidade do capital* [...] Ademais, na medida em que a maquinaria se desenvolve com a acumulação da ciência social, da força produtiva como um todo, o trabalho social geral não é representado no trabalhador, mas no capital. *O saber aparece na maquinaria como algo estranho, externo ao trabalhador; e o trabalho vivo é subsumido ao trabalho objetivado que atua autonomamente*.” (MARX. K. 2011b. 932-3. Grifo meu)

REIFICAÇÃO E FETICHISMO.

Como se poder ver, sutil e minucioso, a temática da *reificação* nos *Grundrisse* compõe o itinerário de Marx para a elaboração da categoria do *fetichismo* em O capital. O que é também, por sua vez, patente logo no ano seguinte aos *Grundrisse*, onde Marx publica o livro *Contribuição à crítica da economia política* (1859), e que já demonstra, de forma cabal, conter *in nuce* a temática do fetichismo da mercadoria. Cito;

Enfim, o que caracteriza o trabalho que cria valor de troca é que *as relações sociais das pessoas aparecem*, por assim dizer, *invertidas*, *como a relação social das coisas.* [...] Se é correto dizer, pois, que o valor de troca é uma relação entre as pessoas, *convém ajuntar; uma relação oculta sob uma envoltura material*. (MARX. K. 2008. p. 60. Grifo meu)

É bastante vantajoso assumir a interpretação segundo a qual há uma transição da temática do dinheiro, nos *Grundrisse,* para a temática do *fetichismo* em O capital, em que a *reificação* parece tangenciar a ambas, no que se refere às argutas análises que Marx submete da *mercadoria* e do *trabalho abstrato* na *Contribuição,* em 1859[[17]](#footnote-17). Pois do contrário, corre-se o risco de supor uma espécie de “salto” unilateral entre os mesmos problemas, e paga-se o preço de apreender o fetichismo da mercadoria enquanto um mero “termo” com o qual arbitrariamente se “encaixa” na teoria do valor de Marx, sem que possua um histórico progressivo que a sustente.

Isto é, o fetichismo da mercadoria propriamente dito, exposto na segunda edição d’O capital com um título próprio, é a culminação deuma série de análises anteriores, cujo coroamento no primeiro capítulo só foi possível *em relação* às formulações de Marx nos *Grundrisse* sobre a *reificação*, *combinadas* com algumas passagens do texto de 1859, cujo tratamento do trabalho abstrato e da mercadoria, revestia seu conteúdo de fundo. Não é casual, portanto, que o primeiro capítulo do texto de 1859 se intitule “A mercadoria”, - tal como na primeira edição d’O Capital em 1867 – e que, diferentemente dos *Grundrisse*, não começa pela análise do dinheiro. Isto é absolutamente central para o *desdobramento* do “caráter fetichistadas mercadorias e seu segredo” na segunda edição de 1873, em que expressa, segundo nosso parecer, a complexidade analítica que revestiu sua exposição correlata, como se pode constatar em alguns dos desdobramentos no texto de 1859 sobre a referida questão. Cito;

A natureza não produz dinheiro, nem tampouco os banqueiros, nem um curso de câmbio. *Mas, já que a produção burguesa tem que cristalizar a riqueza como fetiche, sob a forma de um objeto isolado, o ouro e a prata é sua encarnação adequada*. O ouro e a prata não são naturalmente dinheiro, mas o dinheiro é naturalmente ouro e prata. (MARX. K. 2008a. p. 196. Grifo meu)

Ao longo de toda sequência analítica de Marx, na qual expusemos em linhas gerais seus desdobramentos principais no que se refere à temática do fetichismo, - partindo dos *Grundrisse,* - têm-se como fundamental os cadernos que levam por título o mesmo do texto de 1859, - *Contribuição à crítica da economia política* – o qual foi previsto para compor a terceira parte d’O capital (o Tomo III), e tendo sido redigido em 1863, no qual, especificamente no capítulo intitulado “O Rendimento e suas Fontes. A economia Vulgar,”[[18]](#footnote-18) traz consigo a temática do fetichismo como *central*. Neste capítulo em específico se expõe o fetichismo no exame do capital a juros, como se vê;

A forma e as fontes do rendimento (*revenue)* exprimem as relações da produção capitalista sob a forma *mais fetichista*. Sua existência, como surge na *superfície*, isola-se de suas conexões ocultas e dos elos intermediários mediadores. [...] *A forma distorcida em que se expressa a inversão efetiva se encontra naturalmente reproduzida na representação dos agentes deste modo de produção*. Este é um modo de ficção sem fantasia, uma religião do vulgar. Os economistas vulgares traduzem, [...] de fato, as representações, os motivos, etc., dos portadores envolvidos na produção capitalista, nos quais ela se reflete apenas em sua *aparência superficial*. (MARX. K. 1991. 211.) (Grifo meu)

Note-se a centralidade que a temática do fetichismo adquire neste período *maduro* de Marx (1863) e como, de algum modo, *reveste* seus itinerários críticos, desde os *Grundrisse,* passando pelo texto de 1859, até culminarem na exposição completa e acabada d’O capital em sua segunda edição de 1873.

De todas essas formas, entretanto, o capital a juros constitui o fetiche mais completo. Encontramos aqui o primeiro ponto de partida do capital – o dinheiro – e a fórmula D – M – D’, reduzida aos seus dois extremos D – D’. Dinheiro que cria mais dinheiro. É a fórmula mais originária e geral do capital concentrada num resumo sem sentido. (MARX. K. 1991a)

Apesar desta breve periodização que trouxemos da temática do fetichismo na obra de Marx no período de 1857 a 1873, podemos arriscar uma interpretação em que afirme que ela “nasça” enquanto uma síntese analítica de longo percurso. Contudo, tais análises estão sempre vincadas na própria realidade, - caso em que se afirme que o exame de Marx acerca do caráter “coisal” do dinheiro é, talvez, uma prévia para o exame do caráter fetichista das mercadorias e seu segredo – sendo, portanto, na própria realidade mercantil que os nexos sociais dos homens aparecem mediados pelo equivalente universal entanto núcleo de mediação dos mesmos. No que implica dizer que nos *Grundrisse,* pelo dinheiro e seu caráter “coisal”, encontramos Marx partindo da própria realidade social a qual, posteriormente, é pensada contendo uma objetividade fetichista invertida, inerente à forma social em que os produtos são necessariamente mediados pelo dinheiro, enquanto centro irradiador da *personificação das coisas e coisificação das pessoas.* O desdobramento analítico de Marx nos *Grundrisse* acerca do caráter “coisal” do dinheiro é, sem sombra de dúvida, um aporte essencial para seu decurso expositivo n’O capital. Como tal, é precisamente nas análises de 1859 sobre o trabalho abstrato e sobre a mercadoria, que o fetichismo se cristaliza enquanto categoria objetiva da realidade social capitalista.

Isto é, enquanto uma síntese analítica de longo percurso, o fetichismo da mercadoria é a junção de uma série de análises feitas por Marx antes mesmo de expô-la em um capítulo a parte, na segunda edição d’O capital, mas ao mesmo tempo, reúne por sobre si mesma um feixe determinativo que lhe é próprio, diferindo e talvez, prosseguindo, enquanto *composição* das análises do dinheiro, da mercadoria e do trabalho abstrato. Assim, o fetichismo da mercadoria revela-se enquanto categoria *objetiva* da realidadee síntese de múltiplas análises anteriores.

Característica, que segundo cremos, se *complementa* aos desarmes críticos que Marx oferece à economia vulgar nos idos de 1863, em que através da análise do capital a juros, - pensada para o Livro III – a temática do fetichismo ganha não apenas compostura e posição própria, como também assevera sua legitimidade, em se tratando da *inversão fetichista* típica da economia vulgar e seus consortes. De tal maneira que Marx começa questionando a realidade social capitalista e a partir daí começa a formular uma compressão *sui generis* do fetichismo que lhe é própria, como também pretende torná-la uma categoria explicativa, - ao modo mais didático possível, como escreve a Engels – da própria realidade social *coisificada* do capitalismo, no Livro I. Desse modo, o fetichismo é ao mesmo tempo uma categoria objetiva da realidade social capitalista, como também envolve o discurso teórico do “materialismo tosco dos economistas” que impregna os imaginários anti-historicistas de suas ideias e concepções de mundo, tal como de suas personagens representativas; banqueiros, empresários, acionistas e proprietários fundiários, etc. Com efeito, são os próprios nexos sociais *invertidos, coisificados, autonomizados*, que operam às costas dos sujeitos sociais *e* as representações fantásticas e fantasmagóricas que no terreno ideológico se aderem enquanto justificativas em toda sorte de teoremas tão ou mais fetichistas, nas fórmulas “científicas” e de senso comum, cumprindo, por sua vez, uma *função social* específica no capitalismo. Em suma, diante deste nosso aporte, o fetichismo da mercadoria, - iniciado, portanto, à luz dos *Grundrisse,* em que representa sua gênese – é *desenvolvido* como uma categoria *central* para Marx, em cujo *processo de fundo* se associa a seu empreendimento na própria “configuração” de alguns dos capítulos de seu livro III, por exemplo,[[19]](#footnote-19) e no exame submetido ao capital a juros, tem-se uma resolução teórica dos mesmos aportes iniciados em 1857. Cito;

[...] Na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento. *A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro. consigo mesmo*. (MARX. K. 1985. Livro III. Tomo I. p. 294. Grifo meu)

Note-se o *desdobramento analítico* do fetichismo no exame do capital a juros e compare-se, apenas referindo-se aos termos empregados nos idos de 1863 à máxima expressão *mística* do modo de produção capitalista, para ter-se como suposto primário que a categoria fetichismo é um *crescente* na obra de Marx, e como tal, *progrediu*.

[...] *Aqui a figura fetichista do capital e a concepção do fetiche-capital está acabada*. Em D - D' temos a forma irracional do capital: a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto de seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução - *a mistificação do capital em sua forma mais crua*. (MARX. K. 1985a. Grifo meu)

O que os manuscritos de 1863 dispostos no Livro III d’O capital revelam é precisamente a forma em que o capital assume em sua máxima expressão *fetichista* por *suprimir as mediações sociais do processo*.

O dinheiro cintila através de si mesmo, sem que os traços e rastros da *exploração* da força de trabalho apareçam como condições de sua luminosidade cintilante. Ao desaparecerem as mediações sociais do processo e o dinheiro assumir a figuração de “coisa” que pari filhotes por si próprio,[[20]](#footnote-20) completa-se o *fetichismo,* ou o “mais perfeito dos fetiches”, “a forma pura do fetiche”, o “fetiche automático”, a relação de uma coisa (dinheiro) consigo mesma.

Para a Economia vulgar, que pretende apresentar o capital como *fonte autônoma* do valor, da criação de valor, essa forma é naturalmente um petisco, uma forma em que a fonte do lucro já não é reconhecível e em que o resultado do processo capitalista de produção adquire existência autônoma, separada do próprio processo. (MARX. K. 1985b)

A fórmula do capital – D-D’ – reduzida em seus próprios extremos e pressupostos torna a vida social uma mera adjacência de sua exuberância automática. Neste estágio do capital dinheiro o *fetiche* do capital alcança o poder de transmutar-se a partir de si próprio, fazendo *desaparecer* as mediações sociais e reduzindo-as a mero *suporte* de sua autovalorização.

Como capital portador de juros, e precisamente em sua forma diretamente como capital monetário portador de juros, as outras formas do capital portador de juros, que não nos interessam aqui, são por sua vez derivados dessa forma e a pressupõem*, o capital recebe sua forma pura de fetiche, D - D' como sujeito, como coisa vendáve*l (MARX. K. 1985b. Grifo meu)

Ao tornar *oculta* toda a multiplicidade de mediações sociais e reduzi-las a um único ciclo de dinheiro que gera mais dinheiro, a fórmula do capital a juros expressa, ademais, a *dificuldade* de tornar reconhecível a geração de mais-valor,[[21]](#footnote-21) convertendo a gradiente dos trabalhos que a produzem, em mero *suporte* de uma relação “coisal.”

No capital portador de juros, o movimento do capital é contraído; o processo intermediário é omitido e assim um capital = 1 000 é fixado como uma coisa que, em si, é = 1 000 e, em determinado período, se transforma em 1 100, como o vinho na adega após certo tempo também melhora seu valor de uso. O capital é agora coisa, mas como coisa capital. O dinheiro tem agora amor no corpo.[[22]](#footnote-22) (MARX. K. 1985b. p. 295)

Note-se o *prolongamento* da temática “coisal” do dinheiro nesta passagem do Livro III d’O capital, que na verdade foi escrito em 1863. Veja o leitor como se articulam no interior de uma mesma questão de fundo, note o leitor, portanto, que no capital a juros *aparentemente* desaparece a relação entre capital e trabalho, e ela condensa sob a forma *fetichista* de sua autonomização o capital como único e verdadeiro sujeito; s*ubsume* toda a sociabilidade como *seu* objeto.[[23]](#footnote-23) Com efeito, esta simples citação, acompanhada de nossas digressões demonstram, com alguma validade, que a *personificação das coisas e a reificação das pessoas,* além de serem aspectos e características do conteúdo e significado que assume o fetichismo da mercadoria em O capital, no Livro I, *fazem parte* de uma longa e excruciante análise de Marx no decurso de muitos anos de investigação.

Além do mais, elas ratificam como a questão do fetichismo exposta no Livro I não é uma questão isolada, pois dá cabo de uma questão de fundo essencialpara a crítica marxiana da economia política. É através da *autonomização* do capital na fórmula D-D’ que a “coisa capital” ganha vida e aparece transformada em sujeito, sem mediação com o trabalho social. Note-se a *inversão*: ao desaparecer os nexos sociais do processo o capital assume a *essência* do processoe converte em seu automovimento a própria dinâmica das relações que o engendrou em mero *fenômeno* de sua fantasmagoria declarada. A própria sociabilidade torna-se um *suporte* de sua autonomização profana, em cujo cerne encontram-se os bancos em relações com certos capitalistas industriais que depositam dinheiro nestes, os quais emprestam o dinheiro a outros capitalistas para que as orgias do ciclo de exploração da força de trabalho resultem em produtos, vendidos e convertidos em mais-valor e sejam devolvidos aos bancos em troca de juros.

E toda essa *aparência invertida* se retroalimenta numa “fórmula carente de sentido”, numa “religião da vida cotidiana”[[24]](#footnote-24), na qual a *superfície alienada* traduz como sua própria subjetivação automática a forma *mais fetichista* do capital.

Reúnam-se tais citações dispostas nos manuscritos de 1863 com algumas das passagens elencadas por nós dos *Grundrisse*,para que se tenha em claro que a questão da autonomização, coisificação e *mistificação* *fazem parte* da temática do fetichismo enquanto “elos indiscerníveis”, unidos entre si por força do próprio objeto analisado por Marx, desde o dinheiro, a mercadoria e o trabalho abstrato. Caso em que na forma do capital a juros o fetiche do capital por tornar-se autossuficiente e não apresentar, a primeira vista, *nenhuma* dependência ao trabalho vivo, *necessariamente* ela ao mesmo tempo *expressa* um “materialismo tosco” que é também uma forma de idealismo a esta forma correlata. Ao apagar e *subsumir* diante de seu próprio automovimento todas as impressões condicionantes para seu existir, - isto é, a extração de mais-valor, a *exploração* do trabalhador – o *capital-fetiche* na forma dos juros autonomizados, faz *desaparecer* o conteúdo do trabalho social.

Mas do ponto de vista da produção teórica de Marx, logo após este exame do capital a juros em 1861-1863 sucede seu “*Capítulo VI Inédito*”, escrito entre 1864-1865, o qual será passado em revista logo a seguir, também sob o prisma do fetichismo.

Este capítulo *VI* foi pensado primeiramente para o Livro I d’O capital. Foi destinado a compor o livro primeiro d’O capital, segundo indicado no próprio manuscrito, o qual acabou não sendo incluído neste.[[25]](#footnote-25) Contudo, neste manuscrito Marx volta a pensar o capital e volta a submetê-lo sob o crivo do fetichismo.[[26]](#footnote-26)

[...] chega-se a conclusão de que, como o processo de produção do capital é em geral *processo de trabalho*, assim, o processo de trabalho em todas as formas sociais, é necessariamente *processo de trabalho do capital.* O capital é visto, desse modo, como *coisa,* que no processo de produção desempenha certo papel próprio de uma coisa, adequada a sua condição de coisa. (MARX. K. 1978. p. 13)

Ao que acrescenta, na mesma perspectiva, logo depois, o seguinte;

[...] É desse modo que, seja do ponto de vista do operário, seja do ponto de vista do capitalista – *o meio de produção, enquanto modo de existência do capital, eminentemente como capital, se contrapõe ao trabalho*, ao outro elemento no qual o capital adiantado se transforma, e, por conseguinte, aparece fora do processo de produção, potencialmente (*dinamei*), *como modo de existência específico do capital.* Como se verá, isso se desenvolve ulteriormente, em parte em decorrência da natureza geral do processo capitalista de valorização (do papel que nele desempenham os meios de produção, sugando trabalho vivo), em parte, como decorrência do desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista (*no qual a maquinaria etc., se converte no verdadeiro dominador do trabalho vivo*). Eis por que, na base do processo capitalista de produção, dá-se essa *função indissolúvel dos valores de uso,* na qual o capital existe sob a forma de *meios de produção*; e daí a determinação desses meios de produção, dessas *coisas, como capital* – que é uma relação de produção social determinada – exatamente do mesmo modo que, no seio desse modo de produção, os nele implicados consideram o *produto em si mesmo como mercadoria.* E isso constitui uma base para *o fetichismo dos economistas.*” (MARX. K. 1978a. p. 14. Grifo meu)

Note-se que Marx está *retomando* explicitamente a crítica àquele “materialismo tosco dos economistas” de tomarem as relações sociais como relação entre coisas, crítica que Marx submete em O capital do início ao fim. Consequentemente, o que este manuscrito, o capítulo VI, nos revela, é precisamente o caráter *progressivo* da temática do fetichismo em relação ao decurso intelectual de Marx, ao mesmo tempo em que demonstra de forma central, a importância da temática do fetichismo para Marx. Estas duas condições se entrelaçam a uma terceira, qual seja: seu coroamento no Livro I.

A rigor, neste capítulo VI inédito, o que vemos é uma retomada mais ampla dos mesmos postulados analíticos coletados por nós, no que tange ao percurso da temática do fetichismo na obra de Marx. Note-se aquele problema ressaltado por nós sobre a autonomização da maquinaria no processo produtivo nos *Grundrisse* retorna aqui em novos lineamentos sobre a referida temática, por exemplo;

[...] Em realidade, o consumo de meios de subsistência por parte dos operários pode ser compreendido (incluir-se) no processo de trabalho; se, por exemplo, inclui-se nas máquinas o consumo por elas efetuado de matérias instrumentais, do mesmo modo o operário apresenta-se apenas como *instrumento*, adquirido pelo capital, que para sua função no processo de trabalho necessita consumir, adicionar certa porção de meios de subsistência como suas matérias instrumentais. Isso ocorre em maior ou menor medida segundo a amplitude e brutalidade da exploração a que o operário é submetido.” (MARX. K. 1978b. p. 15)

Veja o leitor que a temática do *fetichismo* comparece tergiversada na temática da *reificação*, na qual ambas parecem se *complicar* em virtude da *inversão* operada pela maquinaria no capitalismo.

[...] Em geral, o operário consome seus meios de subsistência quando se *interrompe* o processo imediato de produção, ao passo que a *máquina* consome os seus *durante seu funcionamento* (animal?). Se entretanto, considerarmos a classe operária em seu conjunto, veremos que uma parte desses meios de subisistência são consumidos pelos familiares que ainda não trabalham, ou que já não trabalham. Efetivamente, a diferença que existe na prática entre o operário e uma máquina pode reduzir-se, no que se refere às matérias instrumentais (*quoad matiéres instrumentales*) e a seu consumo, à que existe entre o animal e a máquina. (MARX. K. 1978b)

Como se pode ver claramente, as mesmas investigações marxianas dispostas já nos *Grundrisse* comparecem em sua maturidade.

Os meios de produção utilizados pelo operário no processo real de trabalho são, certamente, propriedade do capitalista, e na condição de *capital* se defrontam – tal como vimos antes – com o trabalho, que é a própria manifestação vital do operário. Por outra parte, é ele quem os emprega em seu trabalho. No processo de trabalho efetivo, o operário *consome* os meios de trabalho como veículo de sua atividade, e o objeto de trabalho como a matéria na qual seu trabalho se apresenta. Por isso, precisamente, transforma os meios de produção na forma de produto adequado a um fim. Do ponto de vista do processo de valorização, entretanto, as coisas se apresentam diferentemtente. *Não é o operário quem utiliza os meios de produção; são os meios de produção que utilizam o operário.* *Não é o trabalho vivo que se realiza no trabalho objetivo como em seu órgão objetivo; é o trabalho objetivo que se conserva e aumenta pela absorção do trabalho vivo,* graças ao qual se converte em um *valor que se valoriza*, em *capital,* e como tal funciona. Os meios de produção aparecem unicamente como *absorventes* da maior quantidade possível de trabalho vivo. Este apresenta-se apenas como meio de valorização de valores existentes, e, por conseguinte, de sua capitalização.” (MARX. K. 1978b. Grifo meu)

A temática do *fetichismo* é uma constante neste “capítulo VI”, diria, com algumas ressalvas, que aparece muito mais do que até mesmo no primeiro capítulo d’O capital, vale ressaltar o quanto ele representa, em se tratando de nossa temática, a *progressão* de Marx em torno da *reificação* e do *fetichismo*.

[...] E, prescindindo-se do que foi assinalado antes, justamente por isso os meios de produção aparecem de novo e se defrontam com o trabalho vivo na qualidade de *modo de existência do capital,* e, agora, como *domínio do trabalho passado e morto sobre o trabalho vivo.* Justamente como *criador de valor* o trabalho vivo se incorpora de maneira constante, no processo de valorização, ao trabalho objetivado. Como esforço, como dispêndio de força vital é a atividade pessoal do operário. Mas, enquanto *criador de valor*, implicado no processo de sua *objetivação*, o próprio trabalho do operário é, tão logo ingressa no processo de produção, um *modo de existência do valor do capital*, a este *incorporado*. Essa força *conservadora do valor* e criadora de *novo valor* é, em consequência, a força do capital, e, muito mais, da *pauperização do operário*, o qual, criando um valor, cria-o ao mesmo tempo como um *valor que lhe é alheio.* (MARX. K. 1978b. Grifo meu)

São diversas as passagens que legitimam a temática do fetichismo, no decurso dos idos de 1864-1865, sendo que todas as que estão sendo elencadas aqui pretendem unicamente demonstrar que é legítima e tem sua razão de ser no marco da *progressão analítica* de Marx em torno da referida temática.

No tocante à produção capitalista, essa faculdade do trabalho objetivado de transformar-se em capital, isto é, de transformar os meios de produção em meios de direção e exploração do trabalho vivo, surge como algo inerente aos próprios meios de produção – a que, nesta base, está ligada potencialmente – como algo inseparável delas, e, por conseguinte, como *qualidade* que lhe corresponde na *condição de coisas, enquanto valores de uso, enquanto meios de produção.* Estes apresentam-se, então, em si mesmos, como capital, e o capital – uma vez que exprime uma *relação determinada de produção, uma relação social determinada*, em cujo seio os possuidores das condições de produção se defrontam com a capacidade viva de trabalho na condição de *coisa* -, do mesmo modo que o valor, aparecia como qualidade de uma coisa, e a *determinação econômica da coisa como mercadoria,* como qualidade de coisa; do mesmo modo pelo qual a forma social que o trabalho assumia no dinheiro, apresentava-se como *qualidade de uma coisa.* (MARX. K. 1978b. Grifo meu)

Ao que logo à frente Marx *sintetiza* o levantamento feito por nós no que diz respeito à progressiva análise que promove da temática do fetichismo e da reificação;

[...] As *funções* exercidas pelo capitalista não são mais do que as do próprio capital – do valor que se valoriza *sugando* o trabalho vivo – exercidas com consciência e vontade. O capitalista só funciona na condição de capital *personificado*: é o capital enquanto pessoa; do mesmo modo, o operário funciona unicamente como *trabalho personificado*, que lhe pertence como suplício, como esforço, mas que pertence ao capitalista como substância criadora e multiplicadora de riqueza. Esse trabalho apresenta-se de fato como um elemento incorporado ao capital no processo de produção, como seu fator vivo, variável. O domínio do capitalista sobre o operário é, por conseguinte, o da *coisa sobre o homem*, o *do trabalho morto sobre o trabalho vivo,* do produto sobre o produtor, já que, em realidade, as mercadorias, que se convertem em meios de dominação sobre os operários (mas apenas como meio de domínio do próprio capital), não são senão meros resultados do processo de produção, os seus produtos. (MARX. K. 1978b. Grifo meu)

O desdobramento da análise de Marx nestes manuscritos revela que a *mistificação* operada pelo capital possui um caráter *objetivo*, longe de serem aspectos e funções cumpridas apenas no interior das concepções ideais, mas a incluem como *pressupostos* desta objetividade prioritária. São os próprios fatores objetivos, dinheiro e mercadoria, meios de produção e meios de subsistência que se *defrontam aos trabalhadores* como *poderes autônomos personificados* em seus possuidores. De tal maneira que o *contexto da problemática do fetichismo* mostrou ser um *processo de síntese* teórica onde incidem diversos temas.

A “LINHA DE FORÇA” DO TEMA NO PRIMEIRO CAPÍTULO D’ O CAPITAL.

*A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias” e a mercadoria individual como sua forma elementar.* Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria. (MARX. K. 2013. p. 113. Grifo meu)

Ao observar a produção capitalista, esta *aparece* como imensa acumulação de mercadorias. Nada mais justo enquanto *primeira aproximação* ao objeto da riqueza onde rege a produção capitalista. A simples constatação, a partir da simples observação da realidade, decorre da simples observação daquilo que *aparece.* Esta não é uma definição de riqueza, é simplesmente uma constatação, decorrente da simples observação da realidade, naquilo que *aparece*: riqueza supõe, nesta sociedade, acúmulo de mercadorias.Com efeito, a investigação começa pela análise da mercadoria no aspecto de sua *aparência*. A *aparência* é seu ponto de partida. Enquanto forma elementar da riqueza capitalista, o que Marx deixa entrever para dar prosseguimento à investigação é que devemos *observar mais de perto* a mercadoria, aproximar-nos de sua *aparência*; intensificarmos a análise a partir de seus conexos e singularidades para determiná-las. Marx parte da *aparência* imediata da mercadoria, já considerada isoladamente como forma elementar da riqueza capitalista, e inicia uma investigação que possibilite encontrar as determinações desse objeto; a mercadoria.

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX K. 2012 p. 57)

A dinâmica deste movimento descritivo tende a resultar numa trama complexa de saturações contínuas em torno do objeto. Razão pela qual são as determinações da *aparência* que vão sendo explicitadas e analisadas. Ela, a *aparência* do objeto*,* se constitui enquanto *nível de realidade*. Marx avança, aproximando-se sucessivamente desse objeto;

Cada coisa útil, como ferro, papel, etc. pode ser considerada sob duplo aspecto, segundo qualidade e quantidade. Cada um desses objetos é um conjunto de muitas propriedades e pode ser útil de diferentes modos. Constituem fatos históricos a descoberta dos diferentes modos, das diversas maneiras de usar as coisas, e a invenção das medidas, socialmente aceitas, para quantificar as coisas úteis. A variedade dos padrões de medida das mercadorias decorre da natureza diversa dos objetos a medir e também de convenção. (MARX K. 2012 p. 57)

Assim, dando prosseguimento, expondo sua própria maneira de proceder para analisar e determinar sucessivamente o objeto da mercadoria, descrevendo de maneira intensiva a *aparência* deste objeto, Marx encontra dois aspectos determinantes para cada coisa útil: os aspectos de qualidade e quantidade. Com efeito, estes aspectos constituem determinações no interior da *aparência* do objeto, isto é, constituem aspectos intrínsecos a sua *forma fenomênica*, características da mercadoria que de modo algum pertencem à imaginação de Marx, antes facilmente observáveis por qualquer um. A pesquisa, assim procedida, não tem outro caminho a seguir senão *observar mais de perto* os aspectos da mercadoria nesta *forma social* específica da qual ela constitui a forma elementar.

O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor-de-troca *parece* algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria. *Vejamos a coisa mais de perto*. MARX K. 2012 p. 58 (Grifo meu)

Na medida em que prossegue a investigação de Marx, mais clara vai sendo sua maneira de operar diante da dimensão aparente, diante daquilo que *aparece* na continuidade de suas aproximações. O processo de busca pelas determinações do objeto é correlato à interpelação com que a realidade do objeto impõe sua lógica. É nesse âmbito que o valor de troca se revela, de início, “na *relação* quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, *relação* que muda constantemente no tempo e no espaço.” Este “revelar-se, de início”, é fundamental para o aspecto da temática que orienta o presente artigo. Isto pela razão de que o valor de troca não pode existir por si mesmo, ele se mostra como *efeito de uma relação* entre coisas, entre mercadorias. O valor de troca é o *efeito de uma relação que* *aparece como sendo uma relação entre coisas*, por que *oculta* em seu invólucro material uma relação entre pessoas.

Qualquer mercadoria se troca por outras, nas mais diversas proporções, por exemplo, uma quarta de trigo por x de graxa, ou por y de seda ou z de ouro etc. Ao invés de um só, o trigo tem, portanto, muitos valores-de-troca. Mas, uma vez que cada um dos itens, separadamente – x de graxa ou y de seda ou z de ouro -, é o valor-de-troca de uma quarta de trigo, devem x de graxa, y de seda e z de ouro, como valores-de-troca, ser permutáveis e iguais entre si. Daí se deduz, primeiro: os valores-de-troca vigentes da mesma mercadoria expressam, todos, um significado igual; segundo: o valor-de-troca só pode ser a *maneira de expressar-se, a forma de manifestação de uma substância que dele se pode distinguir.* (MARX K. 2012 p. 58. Grifo meu)

A “regularidade” se impõe enquanto expressão manifesta dessa substância social da qual o valor de troca *reproduz*, sendo a expressão concreta, mais imediata dessa substância. É por isto que o valor de troca só pode ser a maneira de expressar-se, a forma de manifestação fenomênica (*Erscheinungform*) de uma substância que dele se pode distinguir. Se eu pergunto qual seria o valor de troca, neste instante e neste lugar, de 2 sedas em termos de graxa, a própria relação de proporção quantitativa em que estão postas as mercadorias, - estas, determinadas objetivamente pelo modo como se organiza a produção destas mercadorias - me oferece a resposta regular: 2 sedas = x graxa. E se eu quiser saber o valor de troca dessa quantidade de seda em termos de todas as demais mercadorias, a resposta seria tão regular quanto fora com o trigo, isto é: x de seda se troca por x de trigo ou y de graxa ou z de ouro, etc. assim, a seda teria, portanto, muitos valores de troca, tal como o trigo. A substância da qual se distingue o valor de troca é quem oferece a “identidade” necessária para se avançar a análise do valor de troca. Dados os valores de troca do trigo, os valores de troca equivalentes não são casuais, mas se posicionam determinados por esta substância comum, o valor. Ter ultrapassado a dimensão da casualidade possibilitou encontrar uma “identidade por trás do fenômeno”, no que ao mesmo tempo, possibilitou aproximar-se da *essência* do objeto; suas leis tendenciais. Por trás do valor de troca encontra-se, portanto, determinadas *relações dos homens com as coisas*, *com as mercadorias*. A “regularidade” das trocas supõe uma determinada *organização* dos homens; uma determinada relação destes com as coisas. Pois a propriedade de *valor* das mercadorias não *aparece* por si mesma, não *aparece* contendo tal propriedade, mas exclusivamente por meio de sua *manifestação*: o valor de troca. O valor *aparece* sob a forma de existência do valor de troca. Neste preciso sentido, não pode ser de outro jeito, o valor de troca é o veículo de aparição do valor; é sua mediação *aparente.* Mais exatamente, essa propriedade-valor que as coisas possuem na sociedade mercantil não é natural a elas. Elas recebem esta forma em decorrência da modalidade segundo a qual os próprios sujeitos sociais encontram-se posicionados como *agentes da troca*; já aqui se estabelece, minuciosamente, a questão de que a forma-valor que as coisas recebem *instrumenta* a forma pela qual as pessoas se relacionam entre si; esta relação humana funciona *indiretamente* através das coisas.

*Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas, então, o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação*. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor-de-uso. Ele não é mais mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais. Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. *Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato*. (MARX K. 2012 p. 59. Grifo meu)

Este desvanecimento, portanto, essa igualação das diferentes formas de trabalho concreto resulta na não distinção dos trabalhos, resulta em sua *indiferenciação*, posto que se *reduzam* a dispêndio de força de trabalho, a trabalho humano abstrato; tal como implica que se *cristalizem* as mercadorias conjugadas em valores de troca a uma única *forma* que delas difere, mas que *nelas adere*; as *formas do valor*. Todavia, esta *forma social do trabalho abstrato* que possibilita que às coisas sejam dados aspectos de valor, seus preços, é ao mesmo tempo a *forma social de intermediação das relações sociais entre as pessoas* no marco das relações de troca. Já aqui podemos observar que o tema propriamente do fetichismo constitui uma “linha de força” em todo o primeiro capítulo d’O capital, de modo algum aparecendo em sua última seção como se viesse “do nada” e não guardasse nenhuma vinculação com estes desdobramentos analíticos anteriores aqui expostos.

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. *Deles não restou mais do que uma mesma* ***objetividade fantasmagórica****, uma simples massa amorfa de trabalho humano indiferenciado, i.e., de dispêndio de força de trabalho humana, que não leva em conta a forma desse dispêndio*. Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. *Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias*. (MARX. K. 2013. p. 116. Grifo meu)

É a forma do valor, a própria realidade do capitalismo quem reproduz a indiferença dos trabalhos (e dos trabalhadores?) Em que o modo de produção prepondera ante o modo de apresentação fenomênica (valor de troca), o qual constitui o veículo de manifestação necessária desta *forma valor* impressa nas próprias coisas. Mais exatamente, a *modalidade assumida pela relação humana cristalizada na forma de coisas*. A maneira em que os homens se socializam *em razão das coisas.* Todavia, já se pode dizer que a unidade dialética entre *essência* e *aparência* pertence, portanto, à unidade dialética entre valor e valor de troca; tal como a unidade dialética entre o trabalho abstrato e as determinações que as coisas recebem pertence, portanto, à unidade dialética entre a *forma-mercadoria* e seu fetichismo. Passam as coisas a *cristalizarem* os múltiplos trabalhos e a servirem como elo intermediário de relação entre as pessoas; estas se convertem em *suportes* dessa relação. Esta é a forma na qual o efeito subordina a causa, através deste princípio de equalização invertido.

Na própria relação de permuta das mercadorias, seu valor-de-troca revela-se, de todo, independente de seu valor-de-uso. Pondo-se de lado o valor-de-uso dos produtos do trabalho, obtém-se seu valor como acaba de ser definido. O que se evidencia comum na relação de permuta ou no valor-de-troca é, portanto, o valor das mercadorias*. Mais adiante, voltaremos a tratar do valor-de-troca como o modo necessário de expressar-se o valor ou a forma de este manifestar-se.* (MARX K. 2012 p. 60. Grifo meu)

A FORMA DO VALOR OU O VALOR DE TROCA.

É preciso dizer que a despeito desta interessante temática, o esforço tem sido sempre o de acompanhar o próprio discurso de Marx, e de fazer ver as possíveis convergências relacionadas ao fetichismo.

A realidade do valor das mercadorias difere de Dame Quickly, por não sabermos por onde apanhá-la. Em contraste direto com a palpável materialidade da mercadoria, nenhum átomo de matéria se encerra no seu valor. Vire-se e revire-se, à vontade, uma mercadoria: a coisa-valor se mantém imperceptível aos sentidos. (MARX K. 2012 p. 68)

O contraste direto com a palpável materialidade da mercadoria se deve ao fato de que ela, em sua *aparência,* *oculta* o valor aí escondido. Mais exatamente, *obscurece* a relação social das pessoas na medida em que *cristaliza* essa relação *nas coisas*. Todavia, a materialidade direta se refere à dimensão fenomênica da qual sucede sua existência no mundo. A mercadoria traz o sinete do valor por sob uma oculta vinculação. Constitui sua máscara social, na qual nenhum átomo de matéria se encerra em seu valor; essa inconsciência dos produtores e o assombro de um objeto dotado de características *suprassensíveis* exibem os traços dessa “virtude” fantasmagórica. Esta citação expõe de forma explícita que essa camada das coisas oculta dos sentidos é sua *essência.* O que se mantém imperceptível dos sentidos é na verdade apenas alcançado pela reprodução ideal das relações humanas *por trás* dessas camadas. Vê-se que a peculiaridade da *forma-mercadoria* resulta do fato dela ser um objeto sensivelmente-suprassensível; uma “coisa dotada de sutilezas metafísicas e caprichos teológicos. ”

Todo o segredo da forma do valor encerra-se nessa forma simples do valor. Na sua análise reside a verdadeira dificuldade. (MARX K. 2012 p. 70)

Quando se fala em segredo, (*Geheimnis)* está se falando de algo escondido por revelar-se ainda; a *essência* como um segredo somente revelado pelo processo de análise que parte da *aparência* imediatamente mais simples do fenômeno. Esta é a verdadeira dificuldade, apreender a *essência* do fenômeno. Vê-se que o percurso aqui tem em vista a última seção do primeiro capítulo d’O capital; a elucidação do *“fetichismo da mercadoria e seu segredo”,* que já nesta parte da exposição de Marx encontra sinalização.

A FORMA SIMPLES DO VALOR EM SEU CONJUNTO.

Em todos os estágios sociais, o produto do trabalho é valor-de-uso; *mas só um período determinado do desenvolvimento histórico, em que se representa o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como propriedade “objetiva”, inerente a essa coisa, isto é, como seu valor, é que transforma o produto do trabalho em mercadoria*. *Em consequência, a forma simples de valor da mercadoria é também a forma-mercadoria elementar do produto do trabalho*, ***coincidindo, portanto, o desenvolvimento da forma-mercadoria com o desenvolvimento da forma do valor***. (MARX. 2012. p. 83. Grifo meu)

Se em todos os estágios sociais, o produto do trabalho é valor de uso, e se somente em um período determinado do desenvolvimento histórico o trabalho despendido na produção de uma coisa útil assume a propriedade “objetiva” de valor, inerente a essa coisa – como assumirá o dinheiro - a ponto de transformá-la em mercadoria, implica em dizer que essa *forma social* é a forma na qual os valores de uso efetivamente se duplicam, tal como os trabalhos úteis produtores destes se volatilizam nessa forma homogênea de abstração; o trabalho abstrato. O desenvolvimento das formas do valor é o desenvolvimento do *sentido* assumido pelas relações sociais entre os homens. Contém em sua gênese a persecução desse *sentido universal* da relação social entre os homens, pela razão de que o desenvolvimento da forma-mercadoria *coincide* com o desenvolvimento das formas de valor que recebem os produtos do trabalho, já que se *representa* o trabalho despendido na produção destes produtos na forma de coisas; *cristalização* destes produtos como valores edestes trabalhos como criadores de valor; submissão dos homens e de seus trabalhos às coisas; forma social que se *obscurece* aos sujeitos na medida em que faz os objetos cintilarem aparentemente por eles mesmos.

[...]. Considera-se *sua forma corpórea a encarnação visível, a imagem comum, social, de todo trabalho humano. O trabalho têxtil, o trabalho privado que produz linho, ostenta, simultaneamente, forma social, a forma de igualdade com todos os outros trabalhos. As inumeráveis equações em que consiste a forma geral de valor equiparam, sucessivamente, ao trabalho contido no linho qualquer trabalho encerrado em outra mercadoria e convertem, portanto, esse trabalho têxtil em forma geral de manifestação do trabalho sem mais qualificações*. Assim, o trabalho objetivado no valor da mercadoria é representado não só sob o aspecto negativo em que se põem de lado todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais; ressalta-se, agora, sua própria natureza positiva. *Ele é, agora, a redução de todos os trabalhos reais a sua condição comum de trabalho humano, de dispêndio de força humana de trabalho*. (MARX. 2012. p. 89)

A forma geral do valor a que assume o linho a torna a imagem social de todo trabalho humano. É precisamente neste sentido que o trabalho privado que produz o linho ostenta, simultaneamente, a forma social; uma forma da qual a principia igualmente com todos os outros trabalhos que a ele se contrapõem. Os circuitos das inumeráveis equações em que consiste a forma geral de valor equiparam ao trabalho contido no linho qualquer outro trabalho encerrado em outra mercadoria. Essa validação a que o linho recebe quando se posiciona enquanto representante geral de valor converte esse trabalho produtor que lhe deu origem em *forma* *fenomênica* geral do trabalho. Com efeito, o trabalho objetivado no valor da mercadoria linho se converte na forma de manifestação, na forma pura da *aparência* de todos os trabalhos reais à sua condição de trabalho humano. Essa redução a que opera a mercadoria eleita na forma geral legaliza a relação social dos trabalhos reais a sua condição de mero dispêndio de força humana de trabalho. Isto implica que esta redução seja a expressão social do mundo das mercadorias, na qual se evidencia o caráter social específico desse mundo constituído pelo caráter humano geral do trabalho. Todos os trabalhos contidos nas inúmeras mercadorias que ao linho se contrapõe se convertem em mera massa de trabalho abstrato. Precisamente neste processo habita a exibição pura do valor em sua forma geral de *aparição* na forma de uma coisa, o linho. Por fim, uma espécie particular de mercadoria adquire mediante validação social do mundo das mercadorias, substância geral e se converte em equivalente geral de todas as outras mercadorias. Passam todas as mercadorias a depositarem seu valor nesta mercadoria eleita equivalente geral, precisamente pela “virtude” de que todas somente reconhecem nela *condição de existir e aparecer como valores*.

O CARÁTER FETICHISTA DA MERCADORIA E SEU SEGREDO.

Percorremos algumas etapas na persecução dos itens e subitens do primeiro capítulo d’ O capital em busca da *progressiva* temática do fetichismo da mercadoria.A seção sobre o fetichismo da mercadoria se constitui como um saturado conjunto exposto de determinações resultantes da análise iniciada na *aparência* da mercadoria.

Uma mercadoria *aparenta ser*, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Mas sua análise a revela como uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e caprichos teológicos. Quando é valor de uso, nela não há nada de misterioso, seja do ponto de vista de que ela satisfaz necessidades humanas por meio de suas propriedades, seja do ponto de vista de que ela só recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem, por meio de sua atividade, altera as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. Por exemplo, a forma da madeira é alterada quando dela se faz uma mesa. No entanto, a mesa continua sendo madeira, uma coisa sensível e banal. Mas tão logo *aparece* como mercadoria, ela se transforma numa *coisa sensível-suprassensível*. *Ela não se contenta em manter os pés no chão, mas põe-se de cabeça para baixo em relação a todas as outras mercadorias*, e em sua cabeça de madeira nascem minhocas que nos assombram muito mais do que se ela começasse a dançar por vontade própria. (MARX. K. 2013. p. 146. Grifo meu)

Pela citação acima já se expõe o elemento preciso acerca da questão. Vê-se que a mercadoria, em sua *aparência*, não revela por si mesma a constituição *essencial* de sua forma, é sua análise que a revela como uma coisa intrincada, plena de sutilezas metafísicas e caprichos teológicos. A rigor, como veremos, essa sutileza metafísica patente na mercadoria diz respeito ao fato de ela se pôr socialmente, *aparecer* realmente de forma *autonomizada* em relação aos sujeitos sociais concretos. Essa *autonomização* da mercadoria em relação aos sujeitos acaba por refletir uma relação entre estes *como uma relação entre coisas*. Todavia, o que é sutil nessa metafísica operada pela *forma-mercadoria*, não passa da *forma social* em que é posta como tal; ela *aparece* como entidade intricada, autônoma, como coisa, precisamente pela razão de que espelha uma determinada relação social entre os homens na *forma de uma coisa*. Nesse sentido, ela reúne e *cristaliza* essas relações humanas na forma de coisas que *aparecem* como se fossem autônomas. Já o capricho teológico inscrito em sua forma comparece enquanto expressão do vínculo *indireto* assumido pelas relações humanas; os homens produzem estas coisas, seja do ponto de vista de que satisfaçam suas necessidades por meio de suas propriedades, seja ainda por receberem tais propriedades como resultando do trabalho humano. Contudo, estes objetos, ao tomarem a *forma de mercadoria* transformam-se numa coisa sensível-suprassensível, que passa a *coordenar* as relações entre os homens, sem que estes assumam o controle sobre estas suas criações concretas. Ao se *autonomizarem* perante os homens, estes objetos se põem enquanto *portadores* destas relações humanas; assumem a “virtude” de erguerem-se diante deles como um poder estranho, do qual *aparentemente* herdam de si próprias; atuam como se fossem entidades intrigantes pela razão de que *assumem*, *para si*, *o grau de portadoras* das relações entre os sujeitos sociais. Com efeito, *inverte* o fundamento na qual é gerada, assumindo o grau de criadora destas relações mesmas, em detrimento dos homens, que se convertem em meros *suportes* de seu funcionamento *aparentemente* fantasmagórico; *invertem*, portanto, o *sentido social* das objetivações humanas.

*De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma*. *A igualdade dos trabalhos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho*; *a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho*; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, *assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho*. (Ibidem. p. 147. Grifo meu)

A resposta de Marx acerca do caráter enigmático que assume o produto do trabalho ao se converter em mercadoria, isto é, ao assumir a forma-mercadoria, esclarece o ponto nodal do fetichismo nela inscrito. Pela razão de que a igualdade dos trabalhos, entanto trabalho abstrato assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho, implica que o trabalho se expresse *em razão das coisas*. Apesar de que a categoria “salário” não esteja presente neste estágio da exposição de Marx, o caráter fetichista das mercadorias já indica que esta representação da força de trabalho na forma de valor dos produtos do trabalho justapõe de forma equivalente o conteúdo social das objetivações humanas à forma social da precificação de valores; esses trabalhos passam a se reportar às próprias coisas como seu padrão de medida. Desse modo, o trabalho abstrato assume a forma material de mera força de trabalho, uma coisa através da qual o capital se *utiliza* para extrair o mais-trabalho gerador de mais-valor e apresentar-se como *portador* da relação social dos sujeitos sociais, *mistificando* a determinação real e assumindo, para eles, a forma de uma relação entre coisas; máquinas, matérias-primas, meios instrumentais de trabalho e meios de produção erguem-se diante dos trabalhadores enquanto *sugadores de seu trabalho vivo*, com o qual o trabalho passado, morto, passa a reger a relação; que esse trabalho morto aparececomo um fantasma real *sugador* do vivo, tal como a *forma-mercadoria* mesma, já que a única forma de socialização que resta aos sujeitos é a de compra e venda.

Em suma, estamos convencidos que a tematização do fetichismo da mercadoria assiste à teorização de Marx em sentido amplo; implica uma “linha de força” em que às coisas são dadas determinadas “virtudes” e que atravessa uma série de nuances, tais como a *autonomização* destas coisas perante os homens, cuja *personificação* de seus vínculos estabelece a *reificação* dos sujeitos, como marca do estatuto da relação-capital em sua *essência*; forma *mistificada* de reger a vida social em sentido amplo. O fetiche da mercadoria, onde a prática social mais reiterada é a da compra e venda, é central nesse processo. O fetiche requer *para si* as vias pelas quais é processado todo um conjunto de alienação capaz de reorganizar as forças produtivas ao objetivo comum do capital, qual seja; a sua reprodução *irreversível*. Além disso, o fetichismo é a expressão primordial da forma da reprodução capitalista; é na verdade a forma cabal da dinâmica posta em curso pela mercadoria. Assim, os sujeitos sociais convertem-se em meros *suportes* desse regime fantasmagórico que penetra em toda a difusa rede de suas relações. Sua impotência, auto atribuída, entretanto, *torna-se real*; eles mesmos passam a se atribuir o fracasso *em razão* do fato de que suas forças de trabalho não valem o que dita o mercado. Mais. Entram em conflitos de ordens variadas entre si *mediante* o fato de serem às próprias coisas os *portadores* de suas relações recíprocas. Vivem suas vidas sob a tutela de uma ordem mundial atrelada aos imperativos *reificados* da forma-mercadoria, cuja proeza consiste fundamentalmente em *substituir* as relações sociais onde estão mais simplificadas as relações humanas por relações entre coisas, *subsumindo* suas particularidades aos anseios da valorização irrefreável do capital; o imperativo deste “poder social” fetichista entregue às coisas *submete a totalidade das relações humanas.*

*O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores*. ***É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais***. A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta, pois, como um estímulo subjetivo do próprio nervo óptico, mas como forma objetiva de uma coisa que está fora do olho. No ato de ver, porém, a luz de uma coisa, de um objeto externo, é efetivamente lançada sobre outra coisa, o olho. Trata-se de uma relação física entre coisas físicas. ***Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não guardam, ao contrário, absolutamente nenhuma relação com sua natureza física e com as relações materiais que derivam desta última. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas*.** *Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana.* ***A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.*** (Ibidem. p. 148. Grifo meu)

O mistério gerado pela forma-mercadoria consiste fundamentalmente no fato dela *cristalizar* os caracteres sociais do trabalho humano numa forma *reificada*; *obscurecendo* o movimento mediador e mesmo *orientando* o sentido social das objetivações humanas mediante sua forma *cristalizada*; o dinheiro. Assim, o surgimento da forma-dinheiro do valor representa a *datidade* do estatuto *reificado* deste mecanismo, em que *universalmente* se submetem os sujeitos sociais, progressivamente. Dito de outro modo, o caráter misterioso que assume a forma-mercadoria é o caráter da *inversão*, cujo mecanismo de espelhamento assiste ao *formato* da relação humana *subsumida* aos imperativos ditados por estas coisas, as quais *aparecem* de forma *autonomizada*, dotada da sutileza metafísica e da argúcia teológica de possuir preço. Razão pela qual *aparece* para os próprios homens isenta de controle consciente, convertendo suas relações sociais recíprocas à relação social estabelecida por estas próprias coisas, que parecem existir à margem destes, por possuírem determinadas “virtudes” que *informam* o conteúdo social de suas objetivações e *conformam* sua própria relação com o trabalho total. Tal a fantasmagoria exercida efetivamente pela forma-mercadoria, cuja natureza sensível-suprassensível *coordena* as relações humanas no intuito de adequá-las sistematicamente às relações entre coisas; no âmbito dessa direção os homens se convertem em meras massas sujeitas às pressões exercidas pelas coisas e suas oscilações monetárias, sem que tenham controle e sem que sequer questionem o sentido social de suas vidas.

Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge, como a análise anterior já mostrou, *do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias*. Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. *Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca*. *Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores.* ***A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas***. (Ibidem. p. 148. Grifo meu)

Os trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros constitui o comportamento atomístico dos homens em seu processo social de produção. O caráter fetichista do mundo das mercadorias surge do caráter peculiar deste comportamento, cuja figura *reificada* de suas relações de produção só *aparece* independentemente de seu controle e de sua ação individual consciente pela razão de que os produtos do trabalho assumem universalmente a forma de mercadoria, que por sua vez herda a *forma social* da propriedade privada dos meios de produção, matérias-primas, meios de trabalho, etc., que a geraram como mercadoria. Desse modo, o caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias nada mais é que do que a *forma social* de organização da produção, cuja propriedade dos meios fundamentais de produção encontra-se em posse dos capitalistas que inscrevem na sociabilidade uma forma de agenciamento dos trabalhos como negócio privado, atuante por leis que visam única e exclusivamente à acumulação. Desse modo, temos uma visão de conjunto do processo, os quais em linhas gerais perfazem: 1) empresas *formalmente independentes* entre si, as quais produzem de forma atomizada. 2) o *vínculo* estabelecido entre eles resulta da *divisão social do trabalho*, a qual *relaciona* diversos produtores independentes. 3). Essa *vinculação* se dá, contudo, *indiretamente,* já que é estabelecida *não pela sociedade*, mas pelo próprio mercado, isto é, pela própria atividade de trocaestabelecida neste, a qual *regula* suas atividades produtivas e *incide* nos produtos intercambiados. Isto implica em dizer que cada produtor de mercadoria pode arbitrariamente produzir o que bem quiser, mas quando leva este determinado produto ao mercado para trocá-lo, ele não exerce nenhum poder para determinar as *proporções de troca* entre estes produtos. Ao contrário, ele deve se submeter às flutuações próprias do mercado no que se refere ao valor de tais produtos; esse valorconfigura, por sua vez, uma difusa rede de relações nas quais e pelas quais todos os outros produtores, consumidores, distribuidores, etc., se submetem indiscriminadamente, daí o “feitiço das mercadorias”.

Com efeito, por mais que ele possa produzir o que bem quiser, ao levar ao mercado ele deve atender às condições esperadas pelo mercado. Assim sendo, antes mesmo de levá-las ao mercado ele é *forçado* a adaptar seus interesses aos “interesses” do mercado. Sua produção, portanto, encontra-se submetida a uma forma social que lhe escapa. Resumindo, se um produtor A produz camisas, a qual vende no mercado, junto com diversos outros produtores de camisas, o preço de seu produto não depende de sua escolha, mas sim, das flutuações do mercado, decorrentes do *tempo socialmente necessário* para se produzirem determinado bem de uso, no caso, camisas. Porém, se os outros produtores com os quais este concorre produzirem camisas com meios de produção aperfeiçoados, como por exemplo, máquinas de alta velocidade, as quais possibilitarão uma produção de camisas em tempo inferior à produzida por A, *necessariamente* ele será *forçado* a também melhorar sua tecnologia de produção para se adequar ao mercado. Desse modo, a *aparência* de independência e autonomia entre os produtores de mercadorias *dissimula* o que na realidade ocorre; eles estão *intimamente* vinculados entre si *não através de si*, como pessoas que produzem determinados utensílios, valores de uso, portanto, mas através do mercado e da relação de troca que lá se estabelece.

A troca de utensílios, como camisas, por exemplo, faz do trabalho do alfaiate, neste caso, uma atividade regulada *indiretamente* por ele e *diretamente* pelo mercado, pela troca dos produtos de seu trabalho. Essa troca ela *configura* e *influencia* a atividade determinada não apenas de A, mas de *todos os outros* produtores independentes. Neste sentido preciso, a *forma social* da troca estabelece *objetivamente* o *vínculo social das mercadorias* entre si em detrimento das relações humanas entre si. Isto implica em dizer que essa forma social da troca constitui um elemento central na regulação da atividade produtiva dos produtores. Elas são reguladas, com efeito, *através de coisas*. São estas coisas que *vinculam* os diversos produtores de mercadorias e influencia as condições efetivas de troca entre as mesmas, ademais de configurar uma relação objetiva das pessoas entre si. Note-se, portanto, que a independência de um determinado produtor *em relação* aos outros é apenas a *manifestação objetiva*, que oblitera, esconde, a *dependência* mútua entre os mesmos *em relação* às coisas que produzem. As relações sociais de produção entre as pessoas assumem *necessariamente* uma forma *reificada,* pelo fato de que seus produtores funcionam apenas como *suportes* de uma relação que não controlam. Passam as pessoas a se relacionarem entre si tão somente como produtores e/ou consumidores de mercadorias.

Com efeito, a propriedade peculiar que as coisas recebem entanto “entidades de valor” não apenas desempenha uma função sensível, concreta, peculiar à forma material de transação entre as mesmas, mas também uma *função social*, suprassensível, de *vincular pessoas*. Portanto, na sociedade mercantil-capitalista, *as pessoas se vinculam umas às outras unicamente enquanto proprietárias de mercadorias, proprietárias de coisas*. São estas, que a rigor, torna as relações materiais das pessoas entre si não apenas possível, mas necessária. O mesmo se poderia dizer se ao invés de um alfaiate, falássemos de um grande proprietário industrial de calçados, por exemplo. Neste caso, os agentes produtivos continuam com as mesmas denominações; um como comprador e outro como vendedor. A diferença, entretanto, está no fato de que o vendedor vende ao comprador certa mercadoria distinta das demais, trata-se de sua *força de trabalho*. E o comprador, neste caso, compra essa determinada mercadoria no interesse de *utilizá-la* no processo produtivo de calçados. Desse modo, dois agentes estão postos: um possui o “capital” e o outro é operário, possui *força de trabalho* para vender. Um *personifica* seu “capital”, é um capitalista. Outro *personifica* sua força de trabalho, é um operário ou trabalhador.

No interior do processo de manufatura de calçados, por exemplo, determinada pessoa, o capitalista, mantém uma relação de produção com outras, seus operários. Mas o primeiro possui a *propriedade* de certas coisas; os meios de produção responsáveis pelo design ergonômico de seus calçados; os instrumentos que permitem moldá-los, cortá-los, costurá-los, os quais serão trabalhados pelos operários contratados, que executarão determinados trabalhos. No caso do designer, ele terá de fazer estudos em revistas especializadas no ramo, catalogar informações no intuito de idealizar determinado modelo para seu portfólio, em suma, coletar informações para a execução de sua tarefa. Já as costureiras contratadas ficarão responsáveis por refilar o couro, ou a borracha sintética, colá-las e medi-las, bordá-las se for o caso, e aplicá-las em fivelas, etc., contudo, para todos os operários contratados e para o capitalista que os comprou, a “coisa” que permite ao segundo comprar aos primeiros parece possuir para ambos a virtude mística de estabelecer relações de produção. Essa determinada coisa, o capital, dá a seu proprietário, - como no exemplo do alfaiate, embora não no mesmo circuito, - a habilidade e a virtude de manter relações com seus operários, primeiro pelo fato de dispor dos elementos produtivos necessários à efetuação de seus trabalhos, e segundo pelo fato de dotá-lo da posição social para seu capital funcionar, isto é, poder *utilizar* o trabalho alheio. Tal como o “valor”, o capital estatui uma determinada relação social entre as pessoas.

Note-se, portanto, que o capital parece possuir a virtude especial de intercambiar pessoas. Aqui, determinadas relações de produção entre pessoas, confere, por fim, uma *determinada forma social às* *coisas* através das quais e pelas quais ambos se relacionam entre si. A forma social do capital *capacita* seu proprietário a manterdeterminadas relações de produção com outras pessoas, neste caso, os operários do ramo de calçados.

Elas não aparecem como *pessoas que se relacionam entre si socialmente*, mas *suportes* de coisas, *suportes* de uma relação social alheia a qual são forçados a executar e regular. Afinal, são as coisas que se relacionam. Às pessoas cabe apenas a tarefa de fazê-las circular, de fazerem, em suma, se relacionarem socialmente. Note-se a *objetividade do* *fetichismo da mercadoria* em uma de suas características mais expressivas: além da coisa parecer possuir a “virtude”, a fantástica capacidade de se relacionar socialmente, ela também *vincula pessoas* na razão deste imperativo. Acaba que são as coisas mesmas que *coordenam* e *vinculam* pessoas, sendo que estas aparecem tão somente como “criaturas”, como *suportes* de uma relação que lhes escapa.

*Os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem*. (MARX. K. 2013. p. 149. Grifo meu)

Em verdade, são os próprios homens quem desenvolvem estas determinadas relações de troca entre os produtos de seus trabalhos. Mas esta relação se desenvolve fora de seu controle e passa a reger o imperativo de socialização. Estas relações se erguem diante deles *autonomamente* e passa a regê-los como produto das mesmas; ao perderem o controle racional sobre estas relações de produção que eles próprios estabeleceram, passam estas relações a controlarem as motivações de suas relações sociais. Por isto que na prática cotidiana das trocas, o que interessa *imediatamente* aos agentes que as fazem circular é a modalidade específica da qual decorre suas proporções. Eles se interessam exclusivamente pela modalidade dessa proporção de valores entre os produtos. Quem sejam os participantes é absolutamente secundário. Negócio é negócio. Mas assim que estas proporções de valores alcançam certa solidez, elas passam a se *cristalizar* nestes objetos equiparados, *aparecendo* como se derivassem de seus próprios aspectos corpóreos. Neste caso, qualquer produto equivalente a qualquer preço passa a expressar uma relação restrita dos mesmos, os quais reúnem e vinculam os agentes na razão desta relação de valor: ocorrendo a *inversão* do criador em criatura.

A descoberta teórica de Marx do problema do fetichismo pode-se dizer, assiste à sua teorização em sentido amplo; primeiramente pelo fato de *coroar* todo o primeiro capítulo d’O capital, em cujo cerne de sua teoria do valor-trabalho é parte constitutiva o esclarecimento que pretende demonstrar a *essência* da relação humana por detrás da *aparência da* *forma social assumida* *pelas coisas*; segundo por ser precisamente este pilar fundamental de sua descoberta a “linha de força” que pretenderá esclarecer a *essência* da relação de *exploração* que reveste a produção capitalista capaz de eliminar a *aparência* de que o mais-valor seja gerado na circulação; e terceiro, de ser precisamente este salto teórico para além da *aparência dos fenômenos* o traço *vertebral* da analítica marxiana, cuja delimitação da modalidade assumida pela relação humana no marco do capitalismo trata de paramentar como *um dos* *elementos centrais de sua teoria social*. Além do mais, a temática do fetichismo assiste à denúncia de Marx acerca dos limites teóricos estruturais atrelados à economia política.

*Ora, são justamente essas formas que constituem as categorias da economia burguesa. Trata-se de formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias*. ***Por isso, todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a mágica e a assombração que anuviam os produtos do trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção***. (Ibidem. p. 151. Grifo meu)

A *crítica* de Marx tem em vista, como se vê, o próprio fetichismoatrelado às concepções dos economistas, as quais ele denomina de “robinsonada”. Um termo que apesar de seu uso associar-se ao nome de uma personagem literária, articula-se por inteiro a maneira peculiar em que vigora seu *misticismo*. A economia política, segundo Marx, “ama robinsonadas” (Idem), isto é, toma sempre a realidade a partir de imputações arbitrárias oriundas da concepção teórica refém de indivíduos isolados, dotados de certas necessidades e qualidades, as quais estão sempre fundadas na figura do burguês solitário, que empreende diversas atividades por si próprio sem a dependência de ninguém a não ser de seu “talento natural” pelo progresso, na ocasião de representar toda a história humana em seu comportamento de burguês empreendedor. No mais, apesar de suas variadas disposições administrativas, em que pese o caráter de suas ocupações singulares, a “robinsonada” mais característica a que pratica a economia política é a de que os sujeitos sociais sejam movidos tão somente por interesses egoístas, os quais em sua maior parte se constituem como sua verdadeira e única insígnia; a de manter relações comerciais.

A figura de “Robinson” é na verdade a metáfora marxiana representativa do fetichismo que a economia política burguesa incorpora como sua característica sintética; estas se objetivam na forma em que a própria sociedade moderna assim se estrutura. Nessa sociedade, “Robinson Crusoé” é mais do que tão somente uma figura de linguagem, é na verdade o caráter social assumido pelos indivíduos entanto *representantes* sociais das relações de produção. Nessa sociedade, os indivíduos estão de fato isolados. O contato social que eles estabelecem entre si é subordinado a um único caráter; o caráter de valor dos produtos de seus trabalhos. Ser proprietário privado de mercadorias constitui a modalidade específica segundo a qual nos relacionamos socialmente. Sendo essa a *unidimensionalidade* dos diferentes trabalhos a uma *forma abstrata* que pressupõe que os diferentes produtores de distintas coisas se relacionem socialmente entre si praticamente de forma “robinsonante”. O aspecto da *imediaticidade* que assume o caráter de valor dos produtos do trabalho para os homens converte a própria sociedade em um reduto de indivíduos indiferentes entre si, os quais socializam os conteúdos de seus trabalhos de forma *indireta*, precisamente na razão de que se encontram todos homogeneizados entanto produtores privados de coisas. A “robinsonada” a que pratica a economia política é algo inerente ao formato social da relação humana na sociedade em que vigora o modo de produção capitalista. De modo que o “individualismo” presente na figura de “Robinson”, atrelado à maneira *sui generis* em que a economia política sucumbe ao *misticismo* de tomar estas determinadas relações dos homens como se fossem eternas é parte da denúncia de Marx às razões *concretas e materiais desse* *misticismo teórico*, de maneira alguma restrito aos economistas, mas parte fundante e fundada da própria consciência *reificada* dos sujeitos sociais concretos. “Robinson” é mais do que apenas um jargão. É neste aspecto a “máscara” social específica a que assumem os sujeitos sociais concretos e parte correlata da *ideologia* deste modo de produção.

O termo trata de denunciar a ignomínia tornando-a ainda mais ignominiosa. Pela razão de que sua denúncia é a denúncia acerca do “tipo social” incorporado pelas pessoas enquanto *representantes* sociais de coisas, cujo único emblema característico para as mesmas consiste em sua motivação para travarem relações de troca comercial. Uma sociedade em que os homens se *associam livremente*, em que seus trabalhos se encontram estruturalmente sobre o *controle racional* dos mesmos, os quais *conscientemente* despendem suas forças de trabalho como *única força social de trabalho*. A julgar por esta projeção de Marx, ligeiramente exposta de forma sintética e plenamente anti-utópica, - já que provém do exame concreto de toda análise anterior, não atribuindo a esta sociedade de homens livres o estatuto de um mundo imaginário, mas *concretamente possível* em decorrência da possibilidade efetiva da *emancipação* *humana* como atributo do ser social na base de seu agir no mundo historicamente posto -, contrasta na verdade com o fato de ser precisamente na seção sobre o fetichismo da mercadoria que se encontra. A superação do fetichismo inscrito nas categorias da economia política burguesa representa, em certa medida, a *síntese teórica* de Marx com relação à projeção da crítica a *todas* as categorias da economia política burguesa, as quais atravessarão toda a obra d’O capital. Vislumbre *progressivo* que ressalta seu elemento primordial no fato de que *todas as determinações do trabalho* reaparecem como *determinações sociais e não individuais*. Há razões para dizer que esta exposição na última seção do primeiro capítulo d’O capital esteja, na verdade, retomando uma série de apontamentos feitos por Marx no decurso de muitos anos e que nessa plataforma teórica ele esteja enunciando todo um complexo concernente ao problema do fetichismo como um dos complexos *centrais* de seu pensamento. A rigor, expressa que essa questão, colocada na última seção d’O capital, *de maneira nenhuma* aqui se esgota como também sua exposição não se restringe a mero um “apêndice”.

*Por fim, imaginemos uma associação de homens livres, que trabalhem com meios de produção coletivos e que conscientemente despendam suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho*. ***Todas as determinações do trabalho de Robinson reaparecem aqui, mas agora como determinações sociais, e não mais individuais***. *Todos os produtos de Robinson eram seus produtos pessoais exclusivos e, por isso, imediatamente objetos de uso para ele. O produto total da associação é um produto social, e parte desse produto serve, por sua vez, como meio de produção. Ela permanece social, mas outra parte é consumida como meios de subsistência pelos membros da associação, o que faz com que tenha de ser distribuída entre eles. O modo dessa distribuição será diferente de acordo com o tipo peculiar do próprio organismo social de produção e o correspondente grau histórico de desenvolvimento dos produtores*. [...] ***Sua distribuição socialmente planejada*** *regula a correta proporção das diversas funções de trabalho de acordo com as diferentes necessidades.* *Por outro lado, o tempo de trabalho serve simultaneamente de medida da cota individual dos produtores no trabalho comum e, desse modo, também na parte a ser individualmente consumida do produto coletivo*. ***As relações sociais dos homens com seus trabalhos e seus produtos de trabalho permanecem aqui transparentemente simples, tanto na produção quanto na distribuição***.” (Idem. Grifo meu)

Esta passagem assiste à perspectiva *futura* de uma sociedade *emancipada*. Diria que é extremamente curioso, para dizer o mínimo, que ela se encontre nesta seção. A limitação que a forma fetiche vem a impor aos homens diz respeito ao complexo social que revestem os ideários sociais pertencentes a essa forma, cuja função cumpre o papel de velar aos homens e impedi-los de controlar seu processo de trabalho e os produtos de seus trabalhos. Essa obstrução histórica só poderá desaparecer quando as relações humanas cotidianamente repartidas da vida prática-concreta se apresentarem aos homens diariamente como relações sociais entre seus trabalhos e entre os produtos do trabalho e quando tomarem a forma da *transparência racional* a qual virão a estabelecer entre si e com a natureza. A configuração, portanto, desse processo social de vida só se livrará de seu “místico véu de névoa”, e de suas cristalizações subsequentes quando for produto de homens *livremente socializados*, sob cujo controle consciente e *planejado* das instâncias fundamentais da vida social revestirão o processo histórico material de *transição*.

[...] *o reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as relações cotidianas da vida prática se apresentam diariamente para os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza*. A configuração do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu *místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado*. Para isso, requer-se uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são elas próprias o produto natural-espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento. (Ibidem. p. 154. Grifo meu)

Finalizamos nosso itinerário por aqui. Reconhecemos a ausência de alguns outros pontos incidentes em nossa temática, no interior de sua última seção. Todavia, o problema do fetichismo especificamente no capítulo primeiro d’O capital foi exposto em suas nuances. A seguir ofereceremos uma visão de conjunto de nosso capítulo, traduzindo seus pontos principais, a luz da problemática do fetichismo da mercadoria. Esperamos contribuir para o andamento não apenas da discussão acerca deste problema na tradição marxista, como também de expor os fundamentos que serão retomados em nosso próximo capítulo, sobre o fetichismo em outras obras de Marx. A temática do fetichismo assiste à exposição de Marx acerca da modalidade peculiar a qual o capitalismo assume historicamente o domínio da humanidade mediante a submissão das pessoas aos imperativos fetichistas de organização e distribuição da vida social. Mais. O tema propriamente do fetichismo é na verdade uma *síntese teórica* de longo alcance, cujo teor *crítico* reveste sua exposição, expressa em seus aspectos elementares já no primeiro capítulo d’O capital, representando, desse modo, uma “linha de força” da primeira página até a última desse referido capítulo e um *processo de síntese* dos pressupostos analíticos de sua obra, a partir dos *Grundrisse*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ADORNO. T. HORKHEIMER. M. “*Dialética do Esclarecimento*.” Ed. Zahar. 1985

ALTHUSSER. L. Prefácio. p. 43 d’O Capital. “*Crítica da Economia Política*. Livro 1. 2013. Ed. Boitempo.

ANDREUCCI. F. “*A difusão e a vulgarização do marxismo*” *In: “História do Marxismo”.* Ed. Paz e Terra. 1982

BOTTOMORE. T. “*Dicionário do pensamento Marxista*.” Ed. Zahar. 2º Ed. 2012

CHASIN. J. “*MARX: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*”. Ed. Boitempo. 2010

DUSSEL. E: “*El Último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana*.” México. Siglo XXI. 1990.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*“El fetichismo en las cuatro redacciones de El Capital (1857-1882).”* Madrid. Verbo Divino. 1993

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_“*A produção teórica de Marx. Um comentário aos Grundrisse*” Expressão Popular. 2012.

EDITORIAL DE CIENCIAS SOCIALES. *“Cartas a Kugelmann”* Ed. Teoría Econômica. La Habana. 1975

Franz Josef Brüseke *in* “*A crítica da técnica moderna*.” Disponível em: [*http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/123/119*](http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/123/119)(Acesso em 21-09-2015)

“*Economic Manuscript*.” V. 34. 2010. Lawrence & Wishart.

FLECK, A**. “***O conceito de fetichismo na obra marxiana*.” Revista ethic@- Florianópolis, v. 11, n. 1. 2012.

FORTES. R. “*As novas vias da Ontologia de Lukács*.” Novas Edições Acadêmicas. 2013.

IAMMAMOTO. M. “*Serviço Social em tempo de Capital Fetiche*”. Ed. Cortez. 2014.

JAPPE. Anselm. “*As aventuras da mercadoria*.” Lisboa: Antígona. 2006

KOHAN. N. “*Nuestro Marx: Fetichismo y Alienación*” Ed. Red Roja. 2007

LUKÁCS. G. “*História e consciência de classe*.” Ed. Martins Fontes. 2003

MARX, Karl. “*O Capital: crítica da economia política*”. Livro I. Ed. Civilização Brasileira. 2012.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_“*O Capital: crítica da economia política*”. Livro I. Ed. Boitempo. 2013

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ “*O Capital: crítica da economia política*.” Livro II. São Paulo. Nova Cultural. 1985.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ “*O Capital: crítica da economia política*.” Livro III. São Paulo. Nova Cultural. 1985-86

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ “*Teorias da Mais-Valia. Livro IV d’ O capital. Tomo I. História Crítica do Pensamento Econômico*” Ed. Civilização Brasileira. 1980

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ “*Teorias da Mais-Valia. Livro IV d’ O capital. Tomo II. História Crítica do Pensamento Econômico*” Ed. DIFEL. 1980

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ “*Teorias da Mais-Valia. Livro IV d’ O capital. Tomo III. História Crítica do Pensamento Econômico*” Ed. DIFEL. 1985

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ “*Grundrisse”*. Ed. Boitempo. 2011.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ “*Capítulo VI (inédito*)”. Ed. Ciências Humanas. 1978.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ “*O Rendimento e suas fontes. A Economia Vulgar*” *in* “Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos.” Seleção de Textos de GIANOTTI. A. J. Tradução de BRUNI. C. J. São Paulo. Nova Cultural. 1991.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *“Elementos fundamentales para la crítica de la economia política* (Grundrisse) 1857-1858. v.2 México: Siglo Veintiuno, 1987.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *A ideologia alemã.* São Paulo: Boitempo, 2007

\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **“***A sagrada família ou a crítica da Crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes*.” 2003. Ed. Boitempo

\_\_\_\_\_\_\_\_\_ “*Para a crítica da economia política*” Ed. Boitempo. 2008

\_\_\_\_\_\_\_\_\_ “*Para a crítica da economia política. Manuscritos de 1861-1863, cadernos I a V.* Tradução de Leornardo Gomes de Deus. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

NETTO. J. “Capitalismo e Reificação”. Ed. Ciências Humanas. São Paulo. 1981.

RUBIN. I. “Teoria Marxista do valor”. Coleção Teoria e História. Ed. Polis. 1987

SWEEZY. M. P. “*Teoria do Desenvolvimento Capitalista*.” Ed. Zahar. 1976

1. “Para os selvagens de Cuba, o ouro era o *fetiche dos espanhóis.* Eles organizaram uma celebração para ele, cantaram em volta dele e em seguida o jogaram ao mar. Caso tivessem assistido à sessão dos deputados renanos, os selvagens de Cuba não teriam considerado a *madeira* como o *fetiche dos renanos?* Porém, alguma sessão posterior lhes teria ensinado que o *fetichismo está associado à zoolatria,* e os selvagens de Cuba teriam jogado as lebres ao mar para salvar as pessoas.” (MARX. K. 2017. p. 127) [↑](#footnote-ref-1)
2. “Veja-se de forma tergiversada, certas adjetivações de Marx sobre o dinheiro que tangenciam a temática do fetichismo: “[...] Como o dinheiro, enquanto conceito existente e atuante do valor, confunde e troca todas as coisas, ele é então a *confusão e a troca universal de todas as coisas*, portanto, o *mundo invertido*, a confusão e a troca de todas as qualidades naturais e humanas.” (MARX. K. 2012. p. 160-1) [↑](#footnote-ref-2)
3. Há razões para supor que há uma conexão progressiva entre a temática da alienação e do fetichismo. Entretanto, ressaltamos apenas esta possibilidade, que compõe a dificuldade declarada. Haja vista que a *inversão* propriamente operada pelo fetichismo da mercadoria n’O capital, insinua esse desdobramento. Cito: “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens.*” (MARX. K. 2012. p. 80. Grifo meu) [↑](#footnote-ref-3)
4. Tempo em que Marx está elaborando os tomos II e III de sua magna obra. Para maiores informações sobre o esquema que sintetiza os fragmentos reunidos na nova versão de 1873 do primeiro capítulo, ver em Enrique Dussel: “*El Último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana*.” México. Siglo XXI. 1990. p. 178-186. E também seu texto intitulado: *“El fetichismo en las cuatro redacciones de El Capital (1857-1882).”* Madrid. Verbo Divino. 1993. Excelentes indicações estão dadas nestas obras sobre a fundamental importância que teve essa segunda edição da obra d’O capital, tanto para a temática em torno do fetichismo, quanto para próprio conhecimento desta revisão, em se tratando da anterior. [↑](#footnote-ref-4)
5. Segundo o estudo que pude fazer sobre tal questão, argumenta-se que o problema do fetichismo, na primeira edição de 1867 destinada à imprensa, se insere dentro do primeiro capítulo que levava por título “A mercadoria”. Já na revisão e posterior publicação em 1873, da segunda edição, encontra-se em um subtítulo a parte. Pode-se afirmar isto em decorrência da sugestão feita por Kugelmann, em correspondência de Marx, em Julho de 1867, onde se lê: “Minha obra consta de aproximadamente 50 folhas. Veja o senhor que mal havia calculado seu volume. Há uns dias, enviei a Leipzig o *suplemento*, com o título “A forma do valor”, *anexo ao capítulo 1*. O senhor conhece muito bem ao autor deste plano, ao que envio aqui meus agradecimentos por sua sugestão.” “Carta de Marx a Kugelmann. Londres, 13 de Julho de 1867. *In “Cartas a Kugelmann”* Ed. Teoría Econômica. La Habana. 1975. p. 57. (Tradução minha). Mas quase um mês antes Marx escreve a Engels que; “No que diz respeito ao desenvolvimento da forma valor, eu simultaneamente segui e não segui o seu conselho, atingindo, portanto, uma atitude dialética nestas questões, também. Isso pra dizer: 1) eu tenho escrito um appendix [apêndice] no qual eu demonstro, de novo, o mesmo assunto tão simplesmente e tão ao modo de um livro escolar quanto possível; e 2) eu dividi cada nova proposição em parágrafos etc., cada um com seu próprio cabeçalho, como você aconselhou.” “*Carta de Marx a Engels*”. 22 de Junho de 1867. Disponível em: [*https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/06/22.htm*](https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/06/22.htm) [↑](#footnote-ref-5)
6. Tentaremos demonstrar que a interpretação segundo a qual vincula a temática do fetichismo apenas no primeiro capítulo d’O capital é bastante problemática. Tal como a que priorize tão somente esta condição, dispensando seu desenvolvimento já nos *Grundrisse*, e sequer mencionando a diferença entre a primeira edição (1867) e a segunda (1873) do primeiro tomo d’O capital, em se tratando desta questão. Como exemplar desta interpretação está o dicionário dirigido por Tom Bottomore, o qual diz que: “A teoria do fetichismo da mercadoria nunca é retomada explicitamente e mais extensamente em *O Capital*, ou em qualquer outra obra de Marx.” “*Dicionário do pensamento Marxista*.” Ed. Zahar. 2º Ed. 2012. p. 243 *in:* [Fetichismo da mercadoria]. [↑](#footnote-ref-6)
7. Quanto a este ponto, há que se ressaltar que o manuscrito de 1861-1863, posterior aos Grundrisse e segundo consta é sua própria continuação, e que leva o mesmo nome do livro publicado em 1859 (Contribuição à crítica da economia política), - porém sendo distintos deste -, não servirá de base para nosso estudo exclusivamente pelo fato de não encontrar-se versões nem em português nem em castelhano, respectivamente. Possivelmente há edições em alemão, da qual não pude ter acesso e na qual muito provavelmente apresenta boas indicações ao estudo do fetichismo. O mesmo não se pode dizer do “ . O qual será trabalhado no decurso de nossa contextualização. [↑](#footnote-ref-7)
8. Utilizo como marco referencial o capítulo mencionado traduzido e organizado por GIANOTTI. A. e REHFELD. W. intitulado: “*Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos*”. Ed. Nova Cultural. 1991. Parte do qual está incluído nos respectivos manuscritos de 1861-1863, os quais Marx escreve já tendo concluído os esboços preparatórios para O capital iniciados em 1857 e conhecidos sob o nome de *Teorias Sobre a Mais-valia*, a qual foi inserida em outra, sob o título de *Para a Crítica da Economia Política*, correspondendo este título a uma introdução de um trabalho mais amplo, - leia-se, histórico -, que deveria conservar o mesmo nome do texto publicado em 1859, mas que diferia deste. [↑](#footnote-ref-8)
9. “De fato, uma vez instalado em Londres, Marx inicia um longo período de estudos, que registra em seus *Extratos* ou *Cadernos de notas* – pois sem recursos, tinha de copiar extratos para não comprar livros. Comparecia diariamente à biblioteca do Museu Britânico.” (DUSSEL, 2012, Pag. 23). É imprescindível ressaltar o quanto trabalhou Marx neste período, Dussel enumera cerca de 22 economistas nos quais Marx tomou diversas notas. [↑](#footnote-ref-9)
10. “Em julho, toma notas de uma obra de Bastiat e de Carey. Na última semana de agosto de 1857, inicia o Caderno M, que é pensado como “Introdução” aos *Grundrisse.* De outubro de 1857 a junho de 1858, escreve os Cadernos I ao VII dos *Grundrisse;* de junho a dezembro de 1858 toma ainda alguns apontamentos, elabora índices, escreve cartas e uma primeira redação (o Urtext) de *Contribuição à crítica da economia política* [...]” (DUSSEL, 2012. Pag. 24) [↑](#footnote-ref-10)
11. Maiores informações sobre os *Grundrisse* e o contexto da atividade de Marx, ver em: (ROSDOLSKY, Roman. “*Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*.” Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.) Também Enrique Dussel. (“*A produção teórica de Marx. Um comentário aos Grundrisse*” Expressão Popular. 2012.) [↑](#footnote-ref-11)
12. “[...] Será considerado posteriormente que a *forma mais extrema do estranhamento*, forma em que, na relação do capital com o trabalho assalariado, o trabalho, a atividade produtiva, aparece em relação com as suas próprias condições e com seu próprio produto, é um ponto de passagem necessário – e, por isso, encerra *em si*, ainda de forma invertida, de cabeça para baixo, a dissolução de todos os *pressupostos limitados da produção*, e, mais ainda, cria e produz os imprescindíveis pressupostos da produção e, em consequência, as condições materiais plenas para o desenvolvimento total, universal, das forças produtivas do indivíduo.” (MARX. K. 2011. p. 687) [↑](#footnote-ref-12)
13. “[...] No valor de troca, a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas; o poder [*Vermögen*] pessoal, em poder *coisificado*.” (MARX. K. 2011. p. 105) [↑](#footnote-ref-13)
14. “A determinação do produto em valor de troca implica necessariamente, que o valor de troca adquire uma existência separada e desprendida do produto. O valor de troca desprendido das próprias mercadorias e ele próprio existente junto delas como mercadoria é *dinheiro.*” (MARX. K. 2011. p. 94) [↑](#footnote-ref-14)
15. “[...] Os próprios economistas dizem, nesse caso, que os homens depositam na coisa (no dinheiro) a confiança que não depositam em si mesmos como pessoas. Mas por que depositam a confiança na coisa? Evidentemente, só como *relação coisificada* das pessoas entre si, como valor de troca coisificado, e o valor de troca nada mais é do que uma relação da atividade produtiva das pessoas entre si.” (MARX. K. 2011. p. 162) [↑](#footnote-ref-15)
16. “[...] Uma boa aparência é dádiva da sorte, mas saber ler e escrever é um dom da natureza.” (MARX. K. 2013. p. 158) É comum ouvir dos mais variados modos que Marx era um apologista da tecnologia. Elenco aqui uma “síntese” possível para este tipo de querela: “[...] Além do mais, o *mainstream* progressista dos teóricos sociais do século XIX avaliou a evolução técnica como algo positivo e diferenciou-se somente em grau o entusiasmo pelo “progresso industrial”. Karl Marx e Friedrich Engels, opositores radicais do capitalismo industrial, compartilharam, todavia, com seus contemporâneos a visão positiva do desenvolvimento técnico, interpretada como base do aumento da produtividade do trabalho. A teoria da mais-valia relativa, desdobrada no Capital de Marx seria impensável sem uma avaliação do avanço técnico e do seu papel no processo de aumento da produtividade do trabalho. Marx documenta a sua plena consciência da função fundamental da formação da organização fabril, da integração sistemática de fontes fósseis de energia e da criação da maquinaria industrial para o desenvolvimento da sociedade capitalista. Todavia, prende-se o autor à ideia de que o progresso social estaria necessariamente ligado ao avanço técnico, avaliação que impossibilitava consequentemente o desenvolvimento de uma crítica também das forças produtivas.” Franz Josef Brüseke *in* “*A crítica da técnica moderna*.” Disponível em: [*http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/123/119*](http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/123/119) [↑](#footnote-ref-16)
17. Pode-se dizer que a temática do trabalho abstrato no texto de 1859 caracteriza, desde já, a forma *indireta* da relação social dos produtos do trabalho. Cito: “[...] Suposto o valor de uso da mercadoria, supõe-se também a utilidade particular, o fim determinado do trabalho que absorveu; mas aqui se detém, do ponto de vista da mercadoria, qualquer consideração do trabalho como trabalho útil. O que nos interessa no pão, como valor de uso, são as propriedades alimentícias, e de nenhum modo os trabalhos do lavrador, do moleiro, do padeiro etc. Se graças a algum invento desaparecessem os 19/20 desses trabalhos, o pão prestaria o mesmo serviço que antes. Se caísse do céu já cozido, não perderia por isso nenhum átomo de seu valor de uso. Enquanto o trabalho que cria o valor de troca se realiza na igualdade das mercadorias como equivalentes gerais, o trabalho, que é a atividade produtora tornada própria para um fim, realiza-se na infinita variedade de seus valores de uso. Enquanto o trabalho, criador do valor de troca, é trabalho geral-abstrato e igual, o trabalho criador do valor de uso é trabalho concreto e especial que, no que concerne à forma e à matéria, se decompõe em modos de trabalho infinitamente vários.” (MARX. K. 2008. p. 62) [↑](#footnote-ref-17)
18. Em carta de Marx a Kugelmann, datada de 11 de Julho de 1868 encontramos a justificativa: “As garotas seguem melhor, ainda que, todavia, estejam fracas. Agradeço-lhe muito seus envios. [...] Tudo o que haverá conseguido será que, se sair uma segunda edição lhe darei a Bastiat, [...] sobre a magnitude do valor, seu merecido. *Se isto não ocorreu ainda* *é porque o volume III deve conter um capítulo especial e detalhado sobre os senhores da “economia vulgar.”* [...] Em realidade, se jactam de seu apego à aparência, ao que consideram como a verdade última. Então, para que outra ciência?” Carta de Marx a Kugelmann. Londres, 11 de Julho de 1868. *In “Cartas a Kugelmann”* Ed. Teoría Econômica. La Habana. 1975. p. 105. (Tradução minha). [↑](#footnote-ref-18)
19. No Livro III, leia-se o “CAP. XXI - O Capital Portador de Juros.” e “O CAP. XXIV - Alienação da Relação-Capital na Forma do Capital Portador de Juros”. [↑](#footnote-ref-19)
20. “[...] Ora, se tomarmos as formas particulares de manifestação que o valor que se *autovaloriza* assume sucessivamente no decorrer de sua vida, chegaremos a estas duas proposições: capital é dinheiro, capital é mercadoria. Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o *sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza e*, *como mais-valor*, repele a si mesmo como valor originário, *valoriza a si mesmo*. Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, *autovalorização*. Por ser valor, ele recebeu a *qualidade* *oculta de adicionar valor*. Ele pare filhotes, ou pelo menos põe ovos de ouro.” (MARX. 2013. Livro I. p. 230. Grifo meu) [↑](#footnote-ref-20)
21. “[...] E esse enraizamento do juro do capital monetário como numa coisa (como aparece aqui a produção da mais-valia pelo capital) [...] (MARX. K. 1985. Livro III. Tomo I. p. 295) [↑](#footnote-ref-21)
22. Essa reiteração de Marx a uma citação de Goethe no Livro III faz parte de uma mesma menção no Livro I, em que diz: “[...] Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor.” (MARX. K. 2013. Livro I. p. 271) [↑](#footnote-ref-22)
23. “[...] A figura acabada das relações econômicas, tal como se mostra na superfície, em sua existência real e, portanto, também nas concepções mediante as quais os portadores e os agentes dessas relações procuram se esclarecer sobre as mesmas, difere consideravelmente, sendo de fato o inverso, o oposto, de sua figura medular interna, essencial, mas oculta, e do conceito que lhe corresponde.” (MARX. K. 1985. Livro III. Tomo I. p. 160) [↑](#footnote-ref-23)
24. “[...] essa personificação das coisas e essa reificação das relações de produção, essa religião da vida cotidiana [...]” (MARX. K. 1985. Livro III. Tomo II. p. 280) [↑](#footnote-ref-24)
25. Segundo consta, foi o próprio Engels quem separou este manuscrito do livro I, o qual foi publicado muito posteriormente em 1933 em Moscou. [↑](#footnote-ref-25)
26. “[...] o *lucro*, diferentemente da mais-valia, pode aumentar por força da utilização econômica das condições de trabalho coletivas, seja, por exemplo, porque se economiza nas edificações, no aquecimento, na iluminação etc, porque o valor da força motriz (*prime motor*) não cresce na mesma medida de sua potência; economias no preço da matéria-prima, nova utilização dos resíduos, diminuição dos custos de administração, dos grandes depósitos no caso de produção em massa etc; todas essas baixas de preços *relativas* do capital constante, junto ao aumento absoluto de seu valor, se fundamentam em que tais meios de produção – meios e materiais de trabalho – empregam-se *coletivamente,* e essa utilização *coletiva* tem como premissa absoluta a cooperação *conjunta* de operários conglomerados, e, portanto, ela mesma não é mais do que a expressão *objetiva* do *caráter social do trabalho* e da força produtiva *social* que disso resulta; assim como em sua maior parte a forma particular dessas condições – por exemplo, maquinaria – não é aplicável fora do trabalho associado. *Não obstante, frente ao operário que cai sob estas condições, elas se apresentam como dadas e independentes dele, como figuras do capital.*” (MARX. K. 1978 p. 85. Grifo meu) [↑](#footnote-ref-26)